



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUZANNE PEDROZA ALVES SILVA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA OS
ESTADOS UNIDOS: ROMPIMENTO E SUBMISSÃO**

FLORIANÓPOLIS

2022

SUZANNE PEDROZA ALVES SILVA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA OS
ESTADOS UNIDOS: ROMPIMENTO E SUBMISSÃO**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Suzanne Pedroza Alves

A Política Externa do Governo Bolsonaro para os Estados Unidos : rompimento e submissão / Suzanne Pedroza Alves Silva ; orientador, Marcio Roberto Voigt, 2022.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa. 3.
Governo Bolsonaro. 4. Estados Unidos. 5. Alinhamento. I.
Voigt, Marcio Roberto. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Suzanne Pedroza Alves Silva

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA OS ESTADOS
UNIDOS: ROMPIMENTO E SUBMISSÃO**

Florianópolis, 03 de março de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Márcio Roberto Voigt Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Daniel Ricardo Castelan Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Miguel Borba de Sá Dr.(a)
Instituição Universidade de Coimbra

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de
Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da
banca examinadora



Documento assinado digitalmente
MARCIO ROBERTO VOIGT
Data: 11/03/2022 09:45:29-0300
CPF: 579.645.999-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Márcio Roberto Voigt, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2022

AGRADECIMENTOS

Ao Cristo, cuja história e significado parecem não ser compreendidos pela “igreja” cujos equívocos nos trouxeram até aqui, meu primeiro exemplo de subversão.

À toda a família Pedroza, legado de Dona Marilda e Seu Sebastião - ambos professores e minhas primeiras referências. Aos tios, tias, primos e primas que, desde quando ainda muito pequena, me incentivam e motivam a buscar conhecimento e voar alto. E, principalmente, à minha mãe, representação da força e do amor que movem tantas outras mães solo Brasil afora. Eu sou porque você é.

À todas as amigas e amigos que têm sido companhia desde o início dessa árdua, mas única, experiência que é a graduação. Aos de Londrina, que ficaram e por mim torceram todos esses anos. Aos de Florianópolis e dos outros cantos do Brasil, que se tornaram minha família e comigo dividiram tantos choros, aulas, almoços no RU e festas open bar. Vocês fizeram toda a diferença.

Àqueles que, de forma ainda mais intensa, estiveram de mãos dadas comigo antes, durante e após a novela TCC: Sibelle, Ana Célia, Gabriela, Cristina, João Paulo, Catharina, Mariana, Isabella, Manuela e Fernando Bassi. A paciência, parceria, palavras de motivação e carinho de vocês foi fundamental. Alguns dividem a vida comigo desde o primeiro dia em Florianópolis, uns chegaram no meio do caminho e, outros, há pouco tempo. Suzanne não seria tão Suzanne sem vocês.

À Atlética de Relações Internacionais da UFSC, da qual eu orgulhosamente fui parte. Berço de grandes amizades e a melhor experiência universitária possível. Continuem #mandandobala!

Ao Centro Acadêmico de Relações Internacionais, o CARI, que por alguns meses também me acolheu. Continuem representando tão bem os futuros e futuras internacionalistas e promovendo o debate e consciência política.

Ao meu orientador, Professor Voigt, pela paciência e compreensão durante todo o processo de escrita. À Professora Patrícia Arienti, mãezona para todos nós. Ao Professor Miguel de Sá, que desde 2019 tem me ajudado a definir meu objeto de pesquisa e feito contribuições muito importantes a este trabalho.

Por fim, à Universidade Federal de Santa Catarina e à Ilha da Magia. Foi no Campus Trindade que uma nova, e melhor, Suzanne despertou.

A todos estes, o meu mais profundo obrigada.

Vida longa à Universidade pública, gratuita e de qualidade! Vida longa aos trabalhadores e trabalhadoras de todo país! Vida longa aos que têm sede de justiça e tomam partido!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma, e por quais razões, a política externa do governo Bolsonaro para os Estados Unidos representa um ponto de inflexão na sólida tradição de proximidade entre os dois países. Para isso, após uma breve retrospectiva histórica da formulação e execução de política externa em três períodos fortemente marcados pelo alinhamento à Casa Branca, são levantados e analisados discursos oficiais e ações econômicas, diplomáticas e políticas que traduzem a atuação diplomática brasileira em relação aos Estados Unidos ao longo dos anos de 2019 e 2020. Por fim, busca-se comprovar a hipótese levantada acerca do caráter excepcional que adquire a política externa brasileira no período analisado, chamando a atenção para sua essência não pragmática e carente de ambições nacionais concretas - fenômenos até então não observados no que tange a tradição de política externa brasileira - assim como o papel da convergência político-ideológica entre Jair Bolsonaro e Donald Trump.

Palavras-chave: Política Externa. Bolsonaro. Alinhamento. Pragmatismo. Estados Unidos.

ABSTRACT

This paper's main purpose is to comprehend in which ways, and for what reasons, Brazil's foreign policy for the United States during the government of Jair Bolsonaro represents an inflection point within a solid tradition of proximity between both countries. In order to respond this issue, after a brief retrospective of the three terms in which the Brazilian foreign policy was strongly aligned to the White House, official speeches and economic, diplomatic, and political actions that reflect the Brazilian diplomacy performance towards the United States throughout the years of 2019 and 2020 are gathered and analyzed. Finally, it seeks to demonstrate the hypothesis of the outstanding nature of Brazil's foreign policy under Bolsonaro's mandate focusing on its non-pragmatic essence and the lack of national ambitions - aspects that could not have been noted before - as well as the role played by the political and ideological convergence between Jair Bolsonaro and Donald Trump.

Keywords: Foreign Policy. Bolsonaro. Alignment. Pragmatism. United States.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA - Estados Unidos da América

ALALC – Associação Latino-americana de Livre Comércio

OEA – Organização dos Estados Americanos

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado

ONU - Organização das Nações Unidas

UNASUL - União de Nações Sul-americanas

PROSUL - Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

AST - Acordo de Salvaguardas Tecnológicas

INCT-INEU - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: TRADIÇÃO E AMERICANISMO	15
1.1 A República Velha	15
1.2 Segunda Guerra Mundial: as políticas externas de Vargas e Dutra	20
1.3 Mundo Bipolar e a Ditadura Militar: o alinhamento automático de Castelo Branco.....	26
2 GOVERNO BOLSONARO E A POLÍTICA EXTERNA: UMA ANÁLISE DE AGENDA E SEUS FORMULADORES.....	31
2.1 A Definição de uma agenda internacional: seus formuladores e o debate sobre a produção científica de conhecimento	31
2.1.1 Antônio Hamilton Mourão	33
2.1.2 Eduardo Bolsonaro	34
2.1.3 Filipe Garcia Martins	36
2.1.4 Ernesto Araújo	37
2.2 De Brasília para Washington: a Política Externa de Bolsonaro para os Estados Unidos nos anos de 2019 e 2020.	40
2.2.1 Relações Políticas	42
2.2.2 Relações Diplomáticas	43
2.2.3 Relações Econômicas	44
2.2.4 Relações Militares	46
3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O NOVO ALINHAMENTO: ROMPIMENTO E SUBMISSÃO	48
3.1 Não eram os Estados Unidos, era Trump: a adoração ao ex-presidente estadunidense e o reconhecimento entre a extrema direita.....	52
3.2 Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: em nome de Deus e do ocidentalismo cristão	56
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Afirmar a existência de uma tradição de política externa brasileira significa dizer que, ao menos desde o advento da república, a condução das relações internacionais tem sido guiada por um conjunto de princípios e interesses. Isso não significa, entretanto, que este mesmo conjunto de valores estabelecidos como fundamentais desde os tempos do Barão do Rio Branco não possa ser conduzido a partir de diferentes nuances de interpretação e ação. De fato, ao longo dos últimos anos, os diferentes governos puderam imprimir características próprias à gestão das relações internacionais, trilhando, porém, um caminho rumo aos mesmos objetivos fim.

Amado Luis Cervo (2008) afirma que os valores e princípios que se tornaram inerentes à condução de política externa do Brasil conferem previsibilidade à ação externa - tanto para agentes domésticos quanto para observadores internacionais - e moldam um padrão de conduta a seguir-se, independentemente de eventuais mudanças de regime político. Esta tradição, chamada de acumulado histórico da diplomacia brasileira pelo autor, permite que a política externa e a diplomacia, ao contrário das políticas de governo, possuam como qualificações a racionalidade e a continuidade. Ainda de acordo com Cervo, podemos enumerar os principais elementos que compõe o padrão de conduta do acumulado histórico da diplomacia brasileira: a) autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; b) jurisdicismo; c) multilateralismo normativo; d) ação externa cooperativa e não confrontacionista; e) parcerias estratégicas; f) realismo e pragmatismo; g) cordialidade oficial no trato com vizinhos; h) desenvolvimento como vetor; i) independência de inserção internacional.

Quatro elementos têm particular destaque ao longo da análise proposta por este trabalho: multilateralismo, pragmatismo, desenvolvimento como vetor e independência de inserção internacional. Isso porque a política externa brasileira ao longo do último século - calcando-se no pragmatismo e em estratégias multilaterais -, torna-se uma das principais ferramentas de perseguição ao interesse nacional, buscando, através das relações internacionais, alcançar o desenvolvimento e a autonomia - duas constantes de sua trajetória (PINHEIRO, 2004). Neste mesmo acumulado histórico, a barganha aparece como importante componente de ação, uma vez que momentos de maior alinhamento a um ator específico - tradicionalmente os Estados Unidos - também são observados com frequência.

As relações entre Estados Unidos da América e Brasil remontam, ainda, ao império e compreendem períodos de maior e menor alinhamento. É, entretanto, com a fundação do regime republicano, em novembro de 1889, que essas relações se tornam determinantes à agenda de política externa brasileira. Na virada do século, o Brasil - até então dependente econômica e

comercialmente da Inglaterra - transfere, aos Estados Unidos, o centro gravitacional de sua economia. Além disso, a república estadunidense representava um exemplo a ser seguido pela nova república brasileira. Carlos Milani (2011) afirma que o fortalecimento das relações entre os dois países a partir deste momento respondia, também, a um objetivo mais amplo de republicanizar a política externa brasileira. Nos anos que se seguiriam, o Brasil se tornaria parte importante do plano estadunidense para o sistema regional.

Durante toda a primeira metade do século XX, a política externa dos Estados Unidos para a América Latina adquire tom hemisférico (MILANI, 2011). Através, principalmente, do que propunha a Doutrina Monroe¹, o país desenvolve laços fortemente intervencionistas junto aos países do continente americano. Tais laços, com o advento e a propagação do ideal do panamericanismo², se estabelecem sob a égide da cooperação e do espírito solidário entre os povos unidos por um passado em comum - a colonização europeia. Em meio a isso, com Rio Branco, começa a se consolidar o relacionamento entre os dois países, e concretiza-se um paradigma de política externa que, apesar de configurar uma tendência anterior, adquiriria, a partir daquele momento, traço que acompanharia a relação entre eles até os dias atuais: o pragmatismo (PINHEIRO, 2004).

O pragmatismo é, por definição, a filosofia que possui como critério de análise as consequências práticas de determinada ação. Na esfera política, compreende-se o pragmatismo como o comportamento de agentes que, conscientemente, agem baseados no princípio da racionalidade perante a realidade que se apresenta. Em outras palavras, um governante pragmático possui a capacidade de renunciar a vontades próprias, ideologias e crenças em nome de ganhos concretos ao seu país, jogando o jogo do sistema político de forma objetiva. Desde Rio Branco, as relações entre Brasil e Estados Unidos são perpassadas - ora mais, ora menos - pelo caráter pragmático da política externa. No início do século XX, a partir do reconhecimento daquele país enquanto novo polo de poder mundial, a política externa brasileira estabelece relação preferencial com Washington, a fim de obter vantagens (PINHEIRO, 2004). Essa relação, ainda que assimétrica, garantiu ganhos recíprocos ao Brasil ao longo da história recente.

¹ A doutrina, instituída em 1823 pelo então presidente estadunidense James Monroe, baseava-se na ideia de um destino manifesto reservado à nação estadunidense. Princípio basilar do panamericanismo, a Doutrina Monroe foi um conjunto de preceitos diplomáticos que conferia aos Estados Unidos o direito do exercício da liderança hemisférica na luta contra a influência europeia no continente (GALDIOLI, 2008)

² O panamericanismo foi a doutrina – promulgada pelos Estados Unidos – que defendia a união ou aliança política de todos os países da América (VARGAS, 2014). Na prática, essa doutrina justificou o comportamento imperialista dos Estados Unidos junto aos vizinhos latino-americanos.

Uma espécie de identificação - seja ela política, ideológica ou continental - parece atar o relacionamento entre esses dois países. Tenha ela sido motivada pelas investidas imperialistas estadunidenses ou por uma possível admiração brasileira a tudo que os Estados Unidos representam política e economicamente, nunca esteve desacompanhada da persecução a interesses estratégicos. A partir de 2018, entretanto, com a eleição do atual presidente da república - Jair Messias Bolsonaro - e a conquista das principais instituições políticas e democráticas do país pela extrema direita³, há uma inflexão neste relacionamento – considerado por muitos autores como um verdadeiro paradigma da política externa brasileira.

Vizentini (2006) afirma que “Mudanças de regime, apesar de seguidas por hiatos de liberalismo econômico e alinhamentos subordinados no plano externo, não chegaram a interromper uma linha diplomática que tem sido, predominantemente, de Estado e não de Governo”. Ora, os discursos de Bolsonaro, ainda durante a campanha eleitoral, e suas demonstrações de subserviência aos Estados Unidos - e, principalmente, a Donald Trump, ex-presidente estadunidense - ilustram, enfaticamente, o rompimento de uma tradição que já perdura há, pelo menos, um século. A política externa brasileira para os Estados Unidos, de novembro de 2018 aos dias atuais, parece configurar não apenas uma política de governo, mas uma política de governante.

O pragmatismo - observado até mesmo nos períodos de maior alinhamento aos Estados Unidos, como durante a gestão Dutra - parece não integrar a política externa de Bolsonaro, único presidente da república a prestar continência à bandeira estadunidense (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020). Assim, o presente trabalho pretende analisar a agenda de política externa para a Casa Branca nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, comparando-a ao acumulado histórico da diplomacia brasileira. Por fim, através de fontes primárias e secundárias, e utilizando-se do trabalho de autores e especialistas de diferentes espectros políticos, este se propõe a ensaiar uma resposta ao questionamento que dá origem a esta pesquisa. Afinal, a política externa de Bolsonaro para os Estados Unidos foge completamente ao padrão observado ao longo da história do relacionamento entre os dois países?

No primeiro capítulo, a história da política externa brasileira é brevemente revisada, tendo como marco temporal inicial o imediato pós-Proclamação da República. Retomam-se as relações Brasil-EUA ao longo do último século e as agendas de política externa dos períodos

³ Apesar do debate em torno dessa classificação, classifica-se, aqui, o governo de Bolsonaro como um governo de extrema direita uma vez que, para além da adoção de uma agenda econômica ultraliberal, este também é caracterizado pela defesa de pautas conservadoras e pelo comportamento reacionário

de maior alinhamento à Washington. No segundo capítulo, propõe-se um levantamento sistemático dos principais formuladores e atores da política externa do governo de Jair Bolsonaro, assim como os principais discursos e ações que compõem sua agenda nos dois primeiros anos de gestão. Para tal, faz-se uma escolha consciente pelo recorte temporal dos anos de 2019 e 2020, período que antecede o momento turbulento imposto pela crise pandêmica. O terceiro e último capítulo, por fim, pretende responder à pergunta inicial deste trabalho - ensaiando uma conclusão com base na hipótese levantada - a partir das análises recentes de especialistas no campo das Relações Internacionais.

1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: TRADIÇÃO E AMERICANISMO

A nossa própria história geral é, por hipótese, um capítulo da totalidade da história do capitalismo ocidental, norte-atlântico-mediterrâneo, em gradativa construção e reconstrução, na qual totalidade a formação brasileira se colocou, historicamente, numa posição subordinada que cumpre sempre reavaliar e superar. Isto se reflete, evidentemente, nas Relações internacionais. (SILVA, 1990, p.25).

1.1 A REPÚBLICA VELHA

A Política Externa, de acordo com Letícia Pinheiro, consiste no amalgamado de ideias e interesses de um Estado e seus governantes que se traduz em um conjunto de ações e decisões em direção a outros atores do sistema internacional, sejam eles estatais ou não-estatais (2004, p.7). No caso brasileiro, o ideal da autonomia e o interesse no desenvolvimento econômico do país passam a representar - quando da passagem do Brasil Império à República Velha - duas constantes em matéria de política externa, guiando sua formulação e execução ao longo de todo o século XX. A economia brasileira esteve profundamente subordinada à hegemonia inglesa até as últimas décadas do século XIX, quando, para Paulo Vizontini (1999), começa a se afirmar - gradativamente - a influência estadunidense sobre a futura República. Iniciava-se, assim, uma nova fase das relações internacionais brasileiras, caracterizada por “uma vinculação mais estreita da política externa com o desenvolvimento econômico.” (VIZENTINI, 1999, p.135).

A economia mineira que, com o declínio dos engenhos de açúcar, constituía a principal atividade econômica até o século XVII é substituída, ao final do século XIX, por um sistema baseado no trabalho assalariado, no qual a exportação de café passa a ser a maior fonte de riqueza do país. O novo modelo agrário-exportador viria a calhar aos interesses brasileiros de tornar o país menos dependente - do ponto de vista comercial - da Inglaterra (PINHEIRO, 2004). Artigo altamente procurado pelo mercado estadunidense, o café se torna o novo polo da economia brasileira e o elo comercial entre Brasil e Estados Unidos, considerado pelas elites cafeiras parceiro oportuno aos objetivos ligados ao novo interesse nacional.

Em uma economia cuja dinâmica houvera, historicamente, sido ditada por ciclos econômicos - em que a produção ou extração de um produto era diretamente responsável pela sustentação do modelo - o café, mais do que substituir o ouro enquanto protagonista, veio preencher um vazio que outros tipos de matérias-primas não haviam logrado êxito em fazer até então. Mesmo as chamadas “drogas do sertão” - algodão e a borracha - não foram capazes de produzir a estabilidade do sistema produtivo adotado pela nova nação independente da mesma forma que o café. Assim, com a mudança do centro gravitacional em torno do qual girava a

economia brasileira, mudam-se, também, as prioridades diplomáticas do país. O novo século trazia consigo a transferência do eixo da política externa brasileira de Londres para a Washington (PINHEIRO, 2004, p.13).

Em 1902, a convite do presidente Rodrigues Alves, José Maria da Silva Paranhos Júnior - o Barão do Rio Branco - assume o mais alto posto do Ministério das Relações Exteriores, cargo que ocuparia até o ano de sua morte - em 1912. Professor, historiador, advogado e diplomata brasileiro, Rio Branco viria a se tornar uma das figuras mais importantes da história do país pelos feitos de sua trajetória enquanto chanceler da recém-nascida república. É com Rio Branco e Joaquim Nabuco - nomeado embaixador do Brasil em Washington - que começa a tomar forma um dos períodos de maior aproximação entre os dois países.

O cenário era de importantes mudanças geopolíticas, não somente para o Brasil mas para todo o mundo. A Europa, imersa em políticas coloniais e conflitos internos, assistia despontar do outro lado do Atlântico um país “disposto” a afastar-se do velho mundo e mostrar a todos, e principalmente a seus vizinhos continentais, que os Estados Unidos da América representavam “tudo aquilo que os países europeus haviam deixado de representar ao mundo” ou, até mesmo, nunca haviam logrado sucesso em fazer: guiar a América pelo caminho das liberdades econômica e política. Mais que isso, sob sua instrução, as nações americanas encontrariam sua “emancipação” frente à Europa. É certo que nada disso passava de mera propaganda.

Helder da Silveira (2012, p.476) chama o período em questão de “declínio da pax britannica e do capitalismo liberal clássico” e afirma que é neste quadro global - que desponta ainda no fim do império - que a americanização das relações internacionais do Brasil tem início. Corroborar a afirmação feita por Silveira o trecho de um discurso proferido pelo presidente Rodrigues Alves na sua última mensagem ao Congresso, quando este diz:

Tenho grande satisfação em ver que cada vez se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido (ALVES, 1906, apud CORRÊA, 2016, p.146)

De fato, a gestão Rio Branco dá continuidade e faz coro a uma tendência que já se mostrava anterior à República, mas que com o advento do novo século e os esforços do Barão inauguram o que viria a ser considerada uma tradição de política externa brasileira. Notadamente, sob a ótica política, dois momentos definem a aproximação do Brasil aos Estados Unidos: a criação da embaixada brasileira em Washington, em 1905, e a realização, no ano

seguinte, da III Conferência Internacional Americana, na cidade do Rio de Janeiro (FONSECA Jr, 2012, p.565). Silveira, para fins de argumentação e classificação temporal, faz uso de uma discussão proposta por Bueno (1995) quanto à divisão do processo de americanização, que dar-se-ia em duas fases - uma endógena ao período imperial e uma com Rio Branco, no apogeu da Primeira República. Dessa forma, o autor discorre acerca da reorientação internacional do país e como esta, inicialmente com a ruptura em relação à política do Império e, em um segundo momento, sob o guarda-chuva da gestão do barão, caracterizaria um novo paradigma.

A contribuição do autor - construída sobre uma revisão bibliográfica de outros autores como Bueno e Burns (1977) - é de suma importância para que se entenda a própria influência dessa aproximação, inicialmente ideológica e que aos poucos adquire contornos pragmáticos, que é a americanização da política exterior do Brasil sobre o próprio processo de adesão ao republicanismo. Na verdade, o caráter ideológico deste novo paradigma, nas palavras de Silveira (2012, p.80)

(...) reside precisamente na associação íntima que se constrói entre o republicanismo e a supostamente necessária reorientação da inserção internacional brasileira, no sentido do afastamento da Europa e da aproximação - a mais íntima possível - do sistema continental americano.

Dessa forma, as bases do paradigma da americanização sustentam, num primeiro momento, a ideia de que o continente americano se unia por um passado comum de subordinação colonial e emancipação revolucionária, guiada pelo espírito republicano, e cujo exemplo primordial a ser seguido residia no modelo institucional estadunidense. Não bastava que o Brasil rompesse radicalmente com o passado do colonialismo europeu, fazia-se mister aproximar-se dos Estados Unidos da América por todas as vias pelas quais fossem possíveis, a fim de tornar possível uma participação efetiva na construção da “harmonia republicana continental” (SILVEIRA, 2012, p.483).

Num segundo momento, ainda nos últimos anos do século XIX, a americanização republicana - duramente criticada pelo que Silveira (2012, p.479) chama de “europeísmo conservador”, ou paradigma de oposição - apresenta indícios de considerada relevância quanto à sua expressão material. O autor chama atenção para três episódios: no plano econômico, o Tratado de Comércio de 1891; no plano político, a intervenção Estadunidense durante a Revolta Armada em 1893 e, por fim, o apoio informal do Brasil aos Estados Unidos na guerra hispano-americana, em 1898 (SILVEIRA, 2012, p.482). Veremos, ao longo do capítulo, que o caráter ideológico está presente em toda a linha do tempo das relações bilaterais entre o Brasil e os

Estados Unidos, com ênfase aos três períodos a serem brevemente apresentados pelo presente trabalho. Da mesma forma, entretanto, o pragmatismo também viria a se consolidar enquanto uma constante nas decisões de política externa - ainda que sujeita a períodos de maior ou menor expressão.

Rio Branco, que costumava escrever sob o pseudônimo de *J. Penn*, reservava simpatia ao regime monárquico e mantinha em relação aos Estados Unidos um vínculo intelectual. Um dos exemplos de sua erudição histórico-cartográfica e longa experiência na Europa e Estados Unidos (VILALVA, 1995, p.120) pode ser encontrada no texto de sua autoria, intitulado “O Brasil, os EUA e o Monroísmo”. O texto, ainda de acordo com Silveira (2012, p.493), tratou-se de uma poderosa argumentação construída sobre a luta ideológica na qual o americanismo deixava de ser apenas uma prática imperial para se inserir na sociedade, como um pensamento dominante - ao menos para as elites brasileiras. Rio Branco (ou *J. Penn*), ao falar das relações entre os dois países e o Monroísmo, tece as bases que marcariam sua trajetória na pasta das Relações Exteriores e diz muito sobre uma das faces do caráter impresso à política externa da época. Ao retomar discursos e documentos oficiais da era imperial, Rio Branco toma emprestadas experiências diplomáticas ligadas aos Estados Unidos - as quais, para fins de análise, viemos chamando de primeira fase do paradigma americanista - e as utiliza em sua argumentação favorável, ou, ao menos, simpática, ao que ele chama de “política de aproximação e entendimento do Brasil com os Estados Unidos (...) grande obra que nossos antepassados realizaram e a nós cumpre preservar, defender e incentivar” (PENN, 1943, apud, CORREA, 2016, p.145)

A inclinação pessoal de Rio Branco à Casa Branca é nítida, e alguns trechos ilustram seu apreço pela “velha amizade que une os dois países” (PENN, 1943, apud CORREA, 2016, p.167). Exemplo disso pode ser encontrado na passagem em que Rio Branco chama atenção ao pioneirismo dos Estados Unidos no que tange o reconhecimento público do Brasil enquanto império independente, ainda em 1824, antes que outros governos o fizessem. Joaquim Nabuco, primeiro embaixador brasileiro em Washington e um dos homens de Rio Branco, também não temia manifestar em suas obras a admiração pela civilização americana e a importância de tê-la como exemplo a seguir (FONSECA Jr, 2012). Estamos falando da “aliança não-escrita” - termo cunhado para dar nome e demarcar este período da política externa brasileira, caracterizado por tamanha cordialidade - em suas dimensões política, diplomática e, principalmente, identitária. Entretanto, a “aliança não-escrita” também se manifestava na

dimensão econômica, e foi por meio dela que o pragmatismo de Rio Branco apresentou seus mais importantes contornos.

Conforme recorda o professor Clodoaldo Bueno, “se o Brasil, ao tempo de Rio Branco e Joaquim Nabuco, contribuiu para a consolidação do bloco de poder internacional liderado pelos Estados Unidos, é também verdade que procurou tirar proveito da nova situação internacional que então se delineava”. Era o jogo político que Rio Branco conhecia e exercia com maestria” (BUENO, 19-- apud VILALVA, 1995, p.123)

Mário Vilalva, no trecho acima, chama atenção para um dos aspectos mais importantes - e, muitas vezes, esquecido - da maneira como Rio Branco conduz o relacionamento entre Brasil e os Estados Unidos. Vilalva reconhece a magnitude da dimensão identitária da política externa de Rio Branco à Casa Branca, que - de fato - garantiu parte significativa das bases de apoio ao panamericanismo e, conseqüentemente, à legitimação da hegemonia estadunidense sobre o continente, como reconhece, também, a magnitude da abordagem essencialmente pragmática de Rio Branco. Para Celso Amorim e Luiz Feldman, Rio Branco “definía o interesse nacional de modo bastante concreto e o colocava acima de quaisquer outras considerações”, o que, para os autores, faz com que seu legado possua valor “trans ideológico” (AMORIM; FELDMAN, 2011, p. 276).

É no início do século XX que tem início uma vinculação mais estreita da política externa com o desenvolvimento econômico (VIZENTINI, 1999, p. 142). A atuação diplomática do país estava intrinsecamente ligada ao comércio exterior, e mais especificamente ao café - principal produto da pauta econômica brasileira, essencialmente agrário-exportadora. A elite econômica da época, à qual o Barão do Rio Branco - filho de Visconde e de origem abastada - estava muito ligado, preconizava o relacionamento com os Estados Unidos dado o interesse de garantir o sucesso da exportação de café - que passara a constituir o principal interesse nacional⁴ - àquele mercado. A complementaridade das economias se torna um ponto crucial do relacionamento entre os dois países no período, que acompanha o crescimento da população estadunidense e do consumo de matérias-primas brasileiras naquele país. Os Estados Unidos, à época, consolidam-se como os maiores consumidores do café brasileiro e se tornam responsáveis, portanto, pelo escoamento da maior parcela de sua produção.

Assim, como consta em grande parte da literatura dedicada ao período, entendemos que, apesar de uma evidente subordinação (VIZENTINI, 1999), Rio Branco mantinha muito bem definidas estratégias de barganha ao fazer política exterior. Considerando a inevitável existência

⁴ Tomada como interesse nacional, a exportação do café brasileiro constituía, em verdade, o interesse da classe dominante da época, a saber, a elite cafeeira.

de um novo polo de poder mundial, centrado nos Estados Unidos da América, o Barão estabelece uma relação preferencial com Washington mantendo sempre em seu horizonte a busca por obtenção de vantagens (PINHEIRO, 2004). De fato, essa relação preferencial com o ator proeminente do sistema americano e mundial trouxe benefícios ao país, e se destacam entre eles a negociação de acordos e a resolução de uma considerável quantidade de litígios de fronteiras com os países vizinhos na América do Sul (MILANI, 2011, p.70) - além das condições tarifárias especiais de acesso ao mercado consumidor estadunidense pelos produtos primários brasileiros (como a borracha e o cacau).

Sob o anseio de fazer do Brasil um país reconhecido e prestigiado no concerto das nações, seja através da inserção equilibrada no seu espaço geográfico (VILALVA, 1995) ou do sucesso comercial e econômico do país, a política externa de Rio Branco pretendeu jogar a favor do fortalecimento internacional do Brasil, apoiando-se em uma aliança que - apesar de não escrita - consolidou o americanismo na política externa brasileira e promoveu ganhos recíprocos, ainda que assimétricos (PINHEIRO, 2004).

1.2 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AS POLÍTICAS EXTERNA DE VARGAS E DUTRA

O conflito mundial armado que dividiu o sistema internacional entre Eixo e Aliados é o cenário por trás das escolhas de política externa brasileira que vigoraram ao longo dos últimos anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. Sua influência sobre a política internacional de Eurico Gaspar Dutra e, ainda, sobre Vargas - em seu segundo e último mandato - mesmo que de forma substancialmente menos direta, como lograra fazer até o ano de 1945, persistiu. Com o término da guerra, a configuração da distribuição mundial de poder econômico, político e militar foi radicalmente alterada. Os Estados Unidos, que já vinham trilhando o caminho da ascensão, despontam enquanto ator hegemônico no sistema internacional e se tornam os principais articuladores da Organização das Nações Unidas e das instituições financeiras que ditariam a reorganização do sistema econômico - o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A Política Externa brasileira do período Vargas e Dutra possui, para além da preocupação com o desenvolvimento econômico, viés militar muito aparente. Assim como na República Velha e com o Barão do Rio Branco, os últimos anos do primeiro governo de Getúlio Vargas e o mandato de Eurico Gaspar Dutra também despontam na história da tradição de relações Brasil-EUA, apesar de apresentarem características muito diferentes entre si. O fim da

década de 30 e imediatos primeiros anos da década de 40, de forma mais acentuada, assistem a uma intensificação da devoção política do país aos Estados Unidos. Com o fim da política da equidistância pragmática⁵ e a escolha brasileira pelos Aliados, a agenda de política externa passa a ser pautada, principalmente, pelas relações bilaterais Brasil - Estados Unidos. Nesse momento, dado o cenário mundial e o particular interesse estadunidense na cooperação brasileira ao bloco Ocidental, os Estados Unidos incentivam e retribuem os esforços de Vargas de forma a fazer-se acreditar que o Brasil estaria, de fato, usufruindo da condição de “aliado especial”.

Os Estados Unidos tentavam, à época, consolidar uma ideologia internacionalista de solidariedade hemisférica (MOURA, 1980) que tinha como única motivação o aumento de seu poder econômico e político. Assim, por meio de uma ofensiva ideológica e política - a criação de uma política de cooperação econômica em relação aos países latino-americanos que, na verdade, apenas acentuava sua dependência em relação ao centro - (MOURA, 1980), os Estados Unidos mantinham a América Latina sob sua tutela, sabiamente travestida de solidariedade. Nesta esteira, e com a deflagração de um conflito de escala mundial motivado pela expansão hostil do Estado alemão, a política externa de Getúlio, até então marcada por uma relação pendular de barganha - ora de maior aproximação aos Estados Unidos, ora de maior aproximação à Alemanha - atrairia os olhos do governo estadunidense ao Brasil.

Getúlio Vargas, desde sua chegada ao Executivo, procurou dar continuidade à herança de alinhamento aos Estados Unidos, que desde o início do século XX ocupava a posição de principal parceiro internacional do país. A decisão de alinhar-se definitivamente a ele, entretanto, tomada com o agravamento do conflito no início dos anos 40, é motivada pela percepção acerca do caráter incontestável da liderança hemisférica estadunidense (PINHEIRO, 2004). Para Gerson Moura (1980, p.135) era perceptível a Vargas que “no novo quadro criado pela Guerra, o Brasil assumia um papel crucial na estratégia norte-americana” e a história mostraria que Vargas soube tirar proveito de tal circunstância. Fazendo da rivalidade entre EUA e Alemanha uma oportunidade, Getúlio conseguiria, de fato, que um empréstimo junto ao Eximbank fosse concedido pelo governo estadunidense para o financiamento da construção da Usina de Volta Redonda. De fato, em um discurso a bordo do navio Minas Gerais no dia 11 de junho de 1940, Getúlio Vargas, nas palavras de Gerson Moura (1980, p.153) dizia de forma

⁵ Termo cunhado por Gerson Moura (1980) e que dá nome à estratégia utilizada por Getúlio Vargas, através da qual o Brasil procurou tirar proveito do relacionamento instável entre EUA e Alemanha, ora aproximando-se de um, ora de outro

clara que “o panamericanismo tinha de se comprometer com o fortalecimento econômico e militar do Brasil (...), a colaboração pretendida pelos EUA tinha um preço e sua não-aceitação implicaria a manutenção de uma neutralidade rígida”.

Com a entrada iminente dos Estados Unidos na Guerra, militares estadunidenses passam a exigir a instalação e utilização de bases navais e aéreas pelas forças armadas dos Estados Unidos na costa nordeste do Brasil. O argumento utilizado na defesa por tal exigência - considerada inadmissível pelos brasileiros à época - consistia na necessidade de se preservar a região do nordeste brasileiro de um possível ataque germânico advindo da costa ocidental africana, já que isto representaria uma grave ameaça à defesa de todo hemisfério (MOURA, 1980).

As iniciativas norte-americanas de 1940, solicitando a colaboração político-militar, encontraram em seu caminho duas sólidas reivindicações brasileiras: auxílio para instalação da grande siderurgia e reequipamento econômico-militar. No ano anterior, o Major Edmundo Macedo Soares e Silva já estivera por algum tempo nos EUA e Europa na qualidade de enviado do governo brasileiro, para sondar as possibilidades de obter capitais e tecnologia estrangeira para a criação da siderurgia brasileira (MOURA, 1980, p.150).

O projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas já projetava, em seu principal parceiro internacional, a possibilidade de avanços na colaboração econômica, mas vinha encontrando obstáculos na Casa Branca. Vizentini (1999, p.142) afirma que o momento era de redefinição da economia brasileira, e que a política externa de Vargas consistiu em “instrumento estratégico para lograr a industrialização do país”. Em 1942, Brasil e Estados Unidos assinam os Acordos de Washington, cujas negociações haviam sido iniciadas dois anos antes. Os acordos previam o fornecimento exclusivo de matérias-primas essenciais à indústria militar estadunidense, como a borracha e a bauxita, além de declarar a Amazônia como principal fonte de fornecimento de matéria-prima à defesa das Américas. Por fim, apesar da contestação inicial por parte dos brasileiros, é, também, acordada a instalação de bases militares para uso das forças armadas estadunidenses em Belém, Natal, Recife, Fernando de Noronha e Fortaleza.

Contudo, ao contrário do que pode parecer, os Acordos de Washington não exigiram apenas dos esforços brasileiros. Como observado por Gerson Moura (1980) o governo de Roosevelt havia sido convencido do grau de dificuldade imposto pelo governo de Vargas à penetração estadunidense no país, e das concessões que deveriam ser feitas. Tais concessões incluíam: financiamento da ampliação e modernização das bases brasileiras utilizadas por militares estadunidenses, fornecimento de armas e munições às forças armadas brasileiras, crédito aberto de 200 milhões de dólares ao Brasil pelos contratos *Lend-Lease* e o projeto de

modernização da mina de Itabira e da ferrovia Vitória-Minas. Nos anos que se seguiram à assinatura dos acordos, o clima de cooperação entre os dois países tornara-se perceptível, e as eventuais desconfianças pareciam se dissipar. Com a entrada do Brasil no conflito, por meio do envio da Força Expedicionária Brasileira à Europa, e o posterior convite para a Conferência de Haia em 1946, instaura-se no imaginário brasileiro a percepção de que o país se encontrava em uma posição de aliado especial dos Estados Unidos (PINHEIRO, 2004).

Entretanto, com o fim do conflito mundial, os interesses estratégicos estadunidenses voltam-se à África e à Ásia. As semelhanças totalitárias entre o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Alemanha Nazista não configuram mais uma ameaça à segurança continental. Portanto, ao longo da administração Dutra e o segundo governo Vargas, dissiparam-se, de forma gradual, as expectativas criadas pelas autoridades brasileiras quanto a uma posição privilegiada do Brasil na agenda de Washington.

A relação especial que vigorara no período da guerra entre os dois países já não tinha razões para existir, na perspectiva norte-americana. Washington pensava agora em termos de estratégia global e, neste sentido, o governo Truman formulou no início de 1949 um plano de assistência às áreas "atrasadas" do mundo, conhecido àquela época como "Plano Truman" (e mais tarde chamado de Ponto Quatro). A embaixada brasileira em Washington notificou o Itamarati que este Plano não contemplava a possibilidade de grandes investimentos públicos ou empréstimos nos moldes do que fizera o "Plano Marshall" para a Europa, mas visava tão somente a concessão de assistência técnica e estímulo ao investimento privado para as regiões não desenvolvidas do globo. Além disso, o "Ponto Quatro" dirigia-se particularmente aos países africanos e asiáticos e visava em boa medida à exploração de matérias-primas. (MOURA, 1990, p.92)

A política externa de Eurico Gaspar Dutra é descrita por Gerson Moura como uma aparente continuação da política externa praticada por Vargas nos últimos anos de seu primeiro governo. Uma das possíveis explicações seria a proximidade do novo ministro das relações exteriores, João Neves da Fontoura, ao próprio ex-presidente. De fato, o governo Dutra não traria à história da política externa brasileira - e à tradição americanista - contornos inéditos ou até mesmo relevantes. Ao contrário dos outros períodos da história aqui recapitulados, o Brasil, durante os quatro anos que compreendem o governo de Dutra, parece permanecer passivo frente ao relacionamento que, para outros líderes, havia possibilitado - e ainda possibilitaria - espaço de ação para o pragmatismo político e econômico.

Todavia, apesar de aparentemente passiva, se em comparação à política externa de Getúlio Vargas e Rio Branco, por exemplo, a agenda de política externa brasileira de Dutra para Washington não estava isenta de esperanças, e muito menos deixara de vislumbrar algum tipo de recompensa. Moura (2012) afirma que, ao contrário do que se pode observar no governo

anterior - quando o alinhamento aos Estados Unidos consistia em uma ferramenta para o alcance de outros objetivos - em Dutra, esse alinhamento representa o objetivo mesmo da política externa exercida, tanto em âmbito bilateral quanto em âmbito multilateral. Isso porque Dutra estava convencido de que o Brasil estava ligado ao mundo Ocidental de forma especial e “estava certo de que a melhor maneira de se enfrentar um novo conflito global era formar um alinhamento estreito com a política estadunidense” (MOURA, 2012, p. 180).

Analisar o alinhamento da política externa de Dutra aos Estados Unidos requer que entendamos a importância e a influência desse país no imediato pós-guerra. Um novo consenso mundial econômico desponta, e o país está à frente das instituições financeiras reguladoras mais importantes do sistema. Os países europeus e a União Soviética, outra grande vencedora do conflito e agente proeminente no cenário internacional à época, têm de lidar com os estragos causados pela Guerra e a reconstrução de suas nações enquanto os Estados Unidos caminham pela estrada da hegemonia sem grandes obstáculos. Além disso, entender o alinhamento de Dutra aos Estados Unidos requer, também, que olhemos para o pragmatismo de forma um tanto quanto subjetiva. Gerson Moura afirma que, frente o cenário de momentâneo “desinteresse” da Casa Branca pela América Latina, muito diferente daquele que houvera possibilitado a Vargas a obtenção de ganhos econômicos e militares para o Brasil, a diplomacia brasileira “não podia fazer nada, a não ser ter esperança de que tais ganhos fossem concedidos” (MOURA, 2012, p.256).

O pragmatismo de Dutra e dos formuladores de seu governo, portanto, residia no campo das expectativas. Esperava-se um novo conflito armado de escala mundial - e por esta razão, a subserviência da aproximação do país ao governo estadunidense fazia-se mister. Esperava-se, também, uma série de vantagens especiais do alinhamento automático: a participação no estabelecimento da nova ordem internacional e uma posição militar de destaque na América do Sul (MOURA, 2012). Ainda que, segundo Gerson Moura, pudesse ser observada relativa altivez da diplomacia brasileira em manifestações nos foros internacionais durante o pós-guerra, o período não permitia barganhar. O alinhamento era, de fato, sem recompensa.

A situação voltaria a ser favorável às ambições brasileiras, na esteira de seu relacionamento com os Estados Unidos, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. A partir de 1951, a política externa brasileira ganharia contornos ainda mais pragmáticos e passaria a ser conhecida como “barganha nacionalista” (MOURA, 1990, p.29). A década de 50 tinha início e, com ela, o movimento crescente de urbanização, industrialização e “afirmação de uma burguesia industrial, de uma classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais”

(MOURA, 1990, p.142). O desenvolvimento econômico e industrial do país, assim como a mudança do perfil da sociedade brasileira, exigia que a agenda de política externa voltasse a refletir as necessidades domésticas mais latentes. Assim, Vargas retoma o projeto de desenvolvimento por substituição de importações e, conseqüentemente, atribui-se ao setor externo da economia uma grande importância.

Consolidada a influência estadunidense sobre o sistema financeiro mundial e a rivalidade crescente entre Estados Unidos e União Soviética, Vargas - assim como havia feito nos anos mais críticos da Segunda Guerra Mundial - passa a oferecer apoio político-estratégico ao governo estadunidense em troca de cooperação econômica para o desenvolvimento da indústria de bens. As condições para a execução de uma política de barganha eram, entretanto, muito menos favoráveis que aquelas encontradas ainda durante seu primeiro governo.

A escassez de empréstimos e investimentos diretos na América Latina no pós-guerra impunha que a cooperação internacional à industrialização brasileira fosse mobilizada por meio de negociações entre governos, com predominância de recursos públicos. Assim, expectativas de estreitamento das relações econômicas com os Estados Unidos seriam, mais uma vez, fundamentais para a viabilização dos projetos industriais e de infraestrutura do governo Vargas. (DALIO, 2009, p. 16)

Apesar disso, um dos fatores que permitia ao Brasil explorar tal estratégia consistia no flanco de negociações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos que se abria assim que o governo estadunidense percebera a importância de mobilizar o apoio continental aos incursos do país na Guerra da Coreia (DALIO, 2009). Apesar do caráter contraditório em que repousava sua estratégia, uma vez que está “pretendia ceder para conquistar e vice-versa” (DALIO, 2009, p.211), Getúlio Vargas soube, mais de uma vez, fazer da política externa do país uma ferramenta na construção de um projeto econômico de desenvolvimento ambicioso. Para isso, sabia que o alinhamento não deveria - e não poderia - se dar como comportamento constante e imutável. O grande feito de seu segundo governo consistiu em saber, de forma tática, combinar ora maior alinhamento, ora afastamento na perseguição de seus objetivos de acordo com o cenário que se apresentava.

Adotada como política de Estado, a barganha nacionalista de Vargas representou uma inflexão da política externa que, ao longo dos últimos anos, vinha sendo pautada pela crença em uma condição de aliado especial. Em resumo, “(...) representou a adoção de uma nova postura, distinta do alinhamento tradicional que repousava em uma crença no panamericanismo, para assumir um alinhamento propositivo e crítico, porque negociado” (DALIO, 2009, p.212).

1.3 O MUNDO BIPOLAR E A DITADURA MILITAR: O ALINHAMENTO AUTOMÁTICO DE CASTELO BRANCO

O golpe militar de março de 1964 marcou o início de um dos governos brasileiros mais alinhados aos Estados Unidos da América. Primeiro militar designado ao alto posto do Executivo, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco imprimiria mudanças significativas à Política Externa de Jânio e Jango e, para isso, contaria com Juracy Magalhães e Vasco Leitão da Cunha, diplomatas escolhidos, respectivamente, para os cargos de embaixador em Washington e Ministro das Relações Exteriores. Crítico da Política Externa Independente, Castelo Branco via na atitude dos presidentes anteriores um neutralismo ingênuo, e introduzia ao país, em discurso do dia 31 de julho de 1964, o conceito de círculos concêntricos que viria a reorientar a Política Externa Brasileira de forma a preconizar interdependência e alinhamento (SILVA, 2004, p.51).

Assim como em outros governos brevemente analisados por este capítulo, o regime militar - e, em especial, o período castelista (1964-1967) - está inserido em um contexto de grande relevância no Sistema Internacional e à dinâmica política e econômica da vida entre seus diferentes atores. São nos primeiros anos da década de 60 que o conflito entre Estados Unidos e URSS protagoniza seus mais críticos episódios, como o que ficaria conhecido como Crise dos Mísseis⁶. Com o Sistema Internacional dividido por uma guerra substancialmente ideológica, caracterizada pelo equilíbrio militar entre dois hegemonos, restava ao resto mundo duas opções: a neutralidade e o alinhamento a um dos polos de poder. Na contramão de seus antecessores civis, Castelo Branco faz uma escolha firme e consciente pelo bloco ocidental.

Vasco Leitão da Cunha, em uma entrevista concedida em julho de 1964, fala à imprensa sobre os principais objetivos de política externa da nova administração:

Em primeiro lugar, a re colocação do Brasil num quadro de relações prioritárias com o Ocidente. Isto significa defender a política tradicional de boa vizinhança na América, a segurança do continente contra a agressão e subversão vindas de fora ou dentro dele; a consolidação dos laços de toda a ordem com os Estados Unidos, nosso grande vizinho e amigo do Norte; ampliação de nossas relações com a Europa Ocidental e com a Comunidade Ocidental de Nações. Em segundo lugar diria que um dos objetivos fundamentais de nossa política exterior tem de ser o de trabalhar para ampliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil (CUNHA, 1964 apud SILVA, 2004, p.50)

⁶ Episódio de Outubro de 1962, quando EUA e URSS protagonizaram 13 dias de impasse que quase os levaram a um conflito armado direto. Ficou conhecido como “A Crise dos Mísseis”, pois, o impasse se deu devido à instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba, região estratégica para a segurança estadunidense (MUNHOZ, 2020).

De fato, como afirma Carlos Estevam Martins (1975b, p.58), a política externa do governo Castelo Branco tinha como fonte de inspiração o entendimento de que a Guerra Fria constituía fenômeno basilar da história contemporânea, e que uma análise do cenário mundial deveria compreender a ideia de que o mundo estava dividido em “dois blocos antagônicos e irreconciliáveis: de um lado, os países capitalistas e democráticos, do outro, os países comunistas e totalitários”.

Fundamentalmente, a matriz teórica da política externa de Castelo Branco estava assentada sobre os conceitos de Segurança e Desenvolvimento - que se retroalimentavam e coexistiam - e era, ainda, parte de uma política de governo calcada em um receituário geopolítico somado a um liberalismo associado. De acordo com André Luiz Reis Silva (2004, p.52), com a rapidez e a organicidade que se deu a reorientação de política externa com a chegada dos militares ao poder, pode se afirmar que já havia uma preparação anterior ao golpe e reafirma-se, também, o caráter ideológico que assume a política externa de Castelo Branco, “tendo como substrato básico a Doutrina de Segurança Nacional que vinha sendo construída pela Escola Superior de Guerra desde 1949, ano em que foi fundada a partir de subsídios teóricos da *National War College* estadunidense”. Apoiando-se no binômio Segurança e Desenvolvimento, a política externa brasileira reformulou, também, o conceito de soberania: esta passava a ser compreendida a partir das fronteiras ideológicas, e não mais nacionais, justificando intervenções em situações de ameaças, como a do Comunismo (SILVA, 2004).

A lógica a guiar as decisões de política externa no período tinha como inspiração a ideia de “círculos concêntricos”⁷. Segundo esta percepção geopolítica, as prioridades de ação do Brasil estavam divididas em círculos concêntricos, o que em outras palavras significava dizer que a importância e a prioridade atribuídas a cada país ou grupo de países dependia do grau de proximidade geográfica do território brasileiro. No primeiro círculo, estava o relacionamento com a América Latina e o objetivo de Castelo Branco de fortalecer vínculos com os países vizinhos - em especial os limítrofes - e, também, fortalecer órgãos como a ALALC e a OEA. No segundo círculo, estavam as relações com todo o continente americano e, principalmente, com os Estados Unidos. Castelo Branco amparava-se no ideal do Panamericanismo e acreditava na relação especial entre Brasil e Estados Unidos. No terceiro e último círculo, estava o mundo ocidental, bastião da prosperidade e da liberdade, que o regime militar ansiava por fazer parte.

⁷ Teoria desenvolvida por Golbery Couto e Silva, general e um dos principais teóricos da geopolítica brasileira. Conhecido pela sua contribuição à Doutrina de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra (SILVA, 2004)

A associação entre os pilares da Segurança e do Desenvolvimento, enquanto premissa básica da atuação externa - e, também, doméstica - do país, subsidiava o que Carlos Estevam Martins entende como o subimperialismo brasileiro. Para Martins (1975a, p.20) os Estados Unidos permitem que o Brasil desempenhe um papel de coparticipante no processo de exploração da periferia - sem deixar de ser, em si, objeto mesmo desta - obtendo, assim, parcela de benefícios próprios vindos do país central.

Tendo em vista o novo status de satélite privilegiado dos Estados Unidos na região, o Brasil participaria do sistema de defesa ocidental contra o comunismo internacional, enquanto, em troca, poderia dedicar-se a exercer missão subimperial na América do Sul, com a conivência do ‘grande aliado do Norte (GARCIA, 1997, p.22).

Reforçando a tese de Martins, André Luis Reis da Silva (2004, p.54) afirma que o pressuposto do papel subimperialista desempenhado pelo país é marcadamente econômico, e diz que esta política “(...) significava integração do Cone Sul sobre a base de um Brasil industrial associado aos monopólios americanos. Politicamente, o Brasil atuaria como porta-voz dos EUA, inclusive evitando o desgaste deles nas intervenções armadas”.

Como contrapartida, o Brasil teve de assumir compromissos com a agenda econômica e financeira da ordem neoliberal. O objetivo era criar condições favoráveis para a expansão dos investimentos estadunidenses nos setores econômicos de interesse do capital estrangeiro. Além da retirada parcial da presença estadunidense no continente - abrindo espaço para um protagonismo brasileiro - os Estados Unidos haviam se comprometido com a transferência de recursos e tecnologia moderna ao Brasil, além de maior abertura do mercado interno aos produtos brasileiros. Isso possibilitava que o país sanasse grande parte de seus déficits de balanço de pagamentos. Assim, no início de 1965, firma-se um acordo entre os dois países, pelo qual eram concedidas condições especiais aos investimentos estadunidenses no Brasil.

A ação subimperialista do Brasil está diretamente relacionada a outro componente marcante da política externa de Castelo Branco, a interdependência. A Doutrina de Segurança Nacional advogava pela necessidade de uma política externa interdependente, dada a interpenetração do capital e as questões de segurança (SILVA, 2004). Considerada um insulamento da vida internacional - mais especificamente da Ocidental - a independência pregada pelos governos ditos de esquerda fora duramente criticada por Castelo Branco, em discurso no Itamaraty em 1964. Nas palavras do ex-presidente, “o conceito de independência só é operacional dentro de determinadas condicionantes práticas” (BRANCO, 1964 apud MARTINS, 1975a, p.22)

Em troca das contribuições de ordem política, militar e ideológica a serem prestadas por seus aliados (particularmente os três maiores Argentina, Brasil e México - também chamados “aliados preferenciais”), os Estados Unidos se comprometeriam a assumir novas responsabilidades no campo econômico e financeiro e no setor da ajuda técnico-científica. No caso do Brasil, o governo esperava receber um vigoroso fluxo de investimentos produtivos e de empréstimos a longo prazo, assim como contava com o futuro concurso de técnicos e especialistas, que viriam assessorar os principais órgãos de planejamento nacional, regional e setorial (MARTINS, 1975a, p.60).

Do ponto de vista político e ideológico, a interdependência significava, em termos práticos, o alinhamento incondicional ao mundo ocidental e aos Estados Unidos em uma relação vista, aos olhos dos formuladores brasileiros, como equilibrada e recíproca. Aos Estados Unidos caberia garantir a segurança hemisférica contra a ameaça soviética. Já ao Brasil - e a tantos outros Estados latinos - caberiam a vigilância doméstica contra possíveis levantes inspirados pelo movimento comunista internacional e, também, a validação política necessária ao status quo estadunidense. Do ponto de vista econômico, a interdependência - sinônimo de dependência para nós - nada mais representou que a recompensa pela fidelidade castelista ao hegemon.

“A dignidade do dar, supunha-se, seria restabelecida pelas expressões efetivas de gratidão que da outra parte haveriam de vir conforme se esperava” (MARTINS, 1975a, p. 25). Em 1965, além do acordo que garantia estabilidade aos investimentos estadunidenses, fora instaurada, também, a Instrução 289 da SUMOC, que criava um mecanismo que permitia às empresas estrangeiras usufruir de uma faixa privilegiada de crédito, com juros baixíssimos (MARTINS, 1975A, p.60). Esperava-se de Washington, em contrapartida: condições de preços mais compensadores ao comércio brasileiro, transferência de recursos para promoção do desenvolvimento nacional e um recuo da atuação das matrizes em prol de maior espaço de atuação no mercado latino às filiais (MARTINS, 1975a, p.61).

Apesar de tamanho apego ao sistema ocidental e o que este representava (cultural, econômica e politicamente), a política externa de Castelo Branco - ainda que fundamentalmente alinhada aos Estados Unidos - não ousou romper com o multilateralismo. Com interesses comerciais e econômicos em jogo, a diplomacia dos militares brasileiros foi tão realista quanto pragmática em seu aspecto operacional. Prova disso é que, mesmo em um mundo dividido, nunca se renunciou às possibilidades comerciais com países declaradamente socialistas (GARCIA, 1997). Segundo a análise de Silva (2004) pode-se dizer que, no binômio segurança x desenvolvimento, o último esteve em posição de sobressalência quando da formulação e execução de política externa. Isso parece ainda mais verídico quando observamos os governos militares posteriores.

Ainda que sob diferentes contornos, o elemento do pragmatismo esteve majoritariamente presente nas políticas externas dos períodos analisados – períodos, esses, marcados pelo forte alinhamento mas, também, - como se pretendeu mostrar - pela persecução de objetivos maiores. Assim, a seguir, ensaia-se uma – também breve – análise do atual período, chamando atenção para a política externa brasileira do governo vigente para os EUA e seus desdobramentos.

2 GOVERNO BOLSONARO E A POLÍTICA EXTERNA: UMA ANÁLISE DA AGENDA E SEUS FORMULADORES

A análise da política externa requer que levemos em consideração não somente uma agenda de discursos e ações como, também, o pensamento de quem a formula. Alguns nomes vêm conduzindo e orientando a agenda de política externa brasileira desde dezembro de 2018 e, conseqüentemente, imprimindo a ela características bastante específicas da base política e ideológica do presidente da república, Jair Bolsonaro. Ao contrário do que o Itamaraty sempre esteve acostumado a observar - a nomeação de diplomatas e chanceleres de alto escalão e de notável reconhecimento acadêmico e profissional - com Bolsonaro, o Ministério das Relações Exteriores passa a ser comandado por figuras pouco conhecidas até então - não necessariamente apenas diplomatas e embaixadores experientes - e, o que é mais espantoso, figuras da própria família do presidente da República.

A retomada dos principais acontecimentos e decisões relacionadas à condução dos assuntos internacionais do país durante os dois primeiros anos do atual mandato do Executivo - 2019 e 2020 - pretende, junto de uma breve exposição daqueles que foram, no período, seus principais atores, trazer à observação a concretude de ação do governo Bolsonaro na arena internacional. A escolha pelo recorte temporal tem como objetivo facilitar a análise e a apresentação dos fatos, levando em consideração o caráter recente do objeto de estudo e, também, a instabilidade política imposta ao núcleo duro bolsonarista pelas conseqüências da ação brasileira durante a pandemia de COVID19.

2.1 A DEFINIÇÃO DE UMA AGENDA INTERNACIONAL: SEUS FORMULADORES E O DEBATE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE CONHECIMENTO

Conhecer as principais personagens da atual Política Externa Brasileira, o que as une em torno de um aparente núcleo conciso de pensamento e visão de mundo e, ainda, qual a contribuição de cada uma delas à forma como têm se tratado as relações internacionais no governo de Jair Bolsonaro não é uma tarefa simples. A principal barreira encontrada por aqueles que desejam compreender a ótica através da qual tem sido conduzida nossa política exterior, e no que se baseiam os que a conduzem, consiste na escassez de fontes de pesquisa. Isso porque, na contramão de seus antecessores - embaixadores, diplomatas e assessores que, em outros governos, ocuparam as mesmas salas do Itamaraty - os nomes ligados ao presidente da república no Ministério das Relações Exteriores demonstram não enxergar como relevante a construção do conhecimento na área das ciências humanas.

Ao que tudo indica, um dos elementos fundamentais da caracterização do *modus operandi* do atual governo está assentado na negação da razão e da ciência. Prova disso reside no fato de que Jair Bolsonaro, assim como quase todos aqueles a quem foram confiadas as relações internacionais do Brasil, bebem de uma mesma fonte de negacionismo: o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho⁸. Considerado o “guru” de Bolsonaro e seus seguidores, Olavo de Carvalho, que foi professor de Filosofia sem sequer ter concluído um curso de graduação (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2016) era anticomunista declarado e crítico ferrenho das universidades brasileiras. Do seu blog na internet, onde costumava escrever para cerca de 500 mil seguidores, Olavo de Carvalho desafiava a história e a ciência, e foi um dos principais representantes da pós-verdade - termo cunhado para dar nome ao fenômeno “no qual mentiras e/ou meias verdades, amparadas na suposta experiência de quem as profere, podem disputar a condição de verdade” (ROSA; GAMA; FETZ, 2021).

O que chamamos "método científico" -- mesmo supondo-se que seja aplicado com máxima probidade e correção, o que é rarissimamente o caso -- não ocupa senão uma parcela ínfima do território abrangido pela razão humana. Mais ainda: essa parcela não tem NENHUMA autonomia, mas depende de pressupostos lógicos, epistemológicos e metafísicos que estão infinitamente fora do alcance desse mesmo método. Dar à ciência moderna o estatuto de representante única ou máxima da razão é VIGARICE (CARVALHO, 2018)

As palavras acima, publicadas por Olavo de Carvalho em sua página no *Facebook*, ilustram não somente o desprezo do autor pela produção científica de conhecimento - que acreditava que o “conhecimento decorrente da experiência direta do sujeito cognoscente seria superior àquele conhecimento produzido por meio da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade científicas (ROSA; GAMA; FETZ, 2021) - como, também, de que forma pensam e se expressam aqueles que o tem como fonte de inspiração moral e política.

Segundo a Constituição de 1988, a condução dos assuntos internacionais é competência do presidente da república. Jair Messias Bolsonaro, 38º presidente do Brasil, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro por sete mandatos consecutivos e tornou-se conhecido em Brasília por ser um político do “baixo clero”⁹. O capitão reformado do Exército tornou-se um dos porta-vozes da extrema direita no Brasil e aglutina em sua base mais sólida de apoio grupos reacionários ligados à beligerância e à religião, popularmente conhecidos como a “bancada da bala” e “bancada da bíblia”. Sua irreverência - carregada de machismo, racismo e LGBTfobia

⁸ No dia 24 de janeiro deste ano, durante o desenvolvimento do presente trabalho, Olavo de Carvalho veio a óbito.

⁹ Termo comumente utilizado no meio político brasileiro para fazer referência a parlamentares de baixa expressão e distingui-los de parlamentares de maior relevância.

- angariou uma multidão de adeptos, ainda na corrida eleitoral, que o tem como inspiração na cruzada contra o politicamente correto.

Para a Folha de São Paulo, Celso Lafer¹⁰ (2020) afirma que, na condução da política externa brasileira, os chefes do Executivo - por ação ou omissão - guiaram o país em sua inserção internacional seguindo o temperamento de suas personalidades. Para o ex-ministro das Relações Exteriores, pode-se dizer o mesmo da política externa do governo de Bolsonaro, já que esta “se amolda à estratégia do temperamento do presidente e do seu modo de ser e de atuar(...)”. De fato, a partir de janeiro de 2019, a ação internacional brasileira passa a ser conduzida a partir de temas caros ao presidente: o alinhamento incondicional aos Estados Unidos e ao Ocidente cristão, o antiglobalismo e a luta contra o “marxismo cultural”. Temas caros, também, a quatro nomes que vêm se destacando no dia a dia do Itamaraty. e que, assim como o presidente da República e seu guru, Olavo de Carvalho, têm usado da internet e de veículos digitais de comunicação - como o WhatsApp e o Facebook - para produzir “conhecimento” e angariar adeptos.

2.1.1 Antônio Hamilton Mourão

O Vice-presidente da República e general da reserva possui experiência em ações internacionais, tendo participado da missão de paz em Angola e ocupado o posto de adido militar na embaixada brasileira na Venezuela¹¹. Ainda que a competência privativa para decidir sobre assuntos externos seja atribuída pela Constituição ao presidente, Mourão tem desempenhado uma “diplomacia vice-presidencial”, de acordo com Larissa Rosevics (2019), em artigo para a Revista Diálogos Internacionais. Desde os primeiros dias como vice-presidente, Mourão fez questão de expressar - em suas declarações à imprensa e em sua conta oficial no Twitter - opiniões decididas, e por vezes distintas das do presidente e seu chanceler, sobre assuntos de política externa. Ao contrário do presidente da República, o vice-presidente tem demonstrado habilidade com a imprensa nacional e internacional, tendo sido o primeiro

¹⁰ Celso Lafer foi Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1992, e Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio em Genebra, de 1995 a 1998. Presidiu o Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio em 1997 e é membro da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia desde 2002 (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2019)

¹¹ CORDEIRO, Thiago. Filho ‘embaixador’, olavismo, chanceler: quem realmente manda na política externa. **Gazeta do Povo**, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quem-manda-politica-externa-brasil-eduardo-bolsonaro/> Acesso em: 14 Nov. 2021.

membro do governo a conceder uma entrevista a um grande veículo de comunicação internacional (ROSEVICS, 2019).

Dentre as funções assumidas por Mourão na condução dos assuntos internacionais do país, destacam-se duas. Em fevereiro de 2019, o vice-presidente afirmou em sua conta no Twitter ter sido designado por Bolsonaro a coordenar três comissões bilaterais, consideradas estratégicas ao Brasil: as comissões da China, Rússia e Nigéria (ROSEVICS, 2019). Ainda no mesmo mês, com a suspensão da cooperação militar com o governo venezuelano de Nicolás Maduro, assinada pelo chanceler Ernesto Araújo, Mourão é enviado como representante do Brasil à reunião do Grupo de Lima¹². Tal decisão teria sido tomada baseada no histórico de atuação do vice-presidente naquele país e, também, no descontentamento da ala militar no governo com a decisão tomada por Ernesto Araújo (ROSEVICS, 2019).

Mourão, que aos observadores internacionais aparenta ser uma figura mais moderada e articulada que o próprio presidente, possui posicionamentos favoráveis a uma linha pragmática de ação na política externa. Segundo Larissa Rosevics (2019) em entrevista concedida a correspondentes internacionais no Rio de Janeiro, em 2019, Mourão afirmou ser necessário “(...) conversar com todas as nações do mundo e sermos pragmáticos para buscar o benefício mútuo em todas as relações”. O vice-presidente, nessa mesma ocasião, também demonstrou preocupação com a forma com que os assuntos internacionais vinham sendo dirigidos, e defendeu o multilateralismo de ação, ressaltando a importância de parcerias comerciais com países não tão alinhados ideologicamente, como China e Rússia.

Ainda que pareça diferir em muitas ocasiões de Bolsonaro e seu núcleo duro de apoio, Mourão é, assim como esses, defensor de uma mesma agenda conservadora. Exemplo disso reside no fato de sua corroboração às diretrizes adotadas pelo Itamaraty, ainda em 2019, através das quais o governo federal ordenou que fosse vetado de forma contundente o termo “igualdade de gênero” em todos os trechos encontrados em textos sob negociação na ONU e em outras instituições internacionais (CHADE, 2019).

2.1.2 Eduardo Bolsonaro

Terceiro filho do presidente Jair Bolsonaro, Eduardo é deputado federal pelo estado de São Paulo, bacharel em Direito pela UFRJ e “chanceler informal” (CORDEIRO, 2019) do governo de seu pai. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da

¹² “Iniciativa peruana de agosto de 2017 que tem por objetivo abordar a situação da Venezuela e explorar formas de contribuir para a resolução da crise nesse país” (BARROS; GONÇALVES, 2019, p.6)

Câmara dos Deputados, o ex-escrivão da Polícia Federal possui forte influência no Itamaraty, mesmo não desempenhando nenhuma função oficial no órgão. Em um vídeo chamado “O Resgate da Política Externa Brasileira”, para o canal da Fundação Alexandre de Gusmão na plataforma de *streaming* Youtube, Eduardo faz coro ao discurso de posse do chanceler Ernesto Araújo, que, em sua opinião, pretendeu “resgatar a política do patrono do Itamaraty, o Barão do Rio Branco” (BOLSONARO, 2020).

No vídeo, Eduardo Bolsonaro afirma que Estados Unidos e Brasil estão intimamente ligados, uma vez que os estadunidenses, por exemplo, estariam atrás apenas dos argentinos enquanto visitantes mais frequentes. Eduardo menciona, com satisfação, a aproximação brasileira de países como Israel, Japão e a Hungria do primeiro-ministro de extrema direita Viktor Orbán, sem, entretanto, deixar de destacar o alinhamento incondicional à Casa Branca. Em suas palavras “é muito melhor estarmos alinhados com a maior potência bélica do mundo (...) do que de outros países que não comungam dos mesmos valores dos brasileiros” e ainda cita a expressão “dinheiro não tem cheiro” para dizer que o país continuaria se relacionando com outras nações, mas que a prioridade está nos Estados Unidos, “país com quem se identifica mais para depois de amanhã não tomar um susto, calote (...)” (BOLSONARO, 2020).

Durante a primeira visita oficial de Jair Bolsonaro à Casa Branca, em 19 de março de 2019, Eduardo teria sido “abençoado” pelo então presidente estadunidense Donald Trump, de acordo com Naiara Gortázar, para o jornal El País. Isso porque, além de ter sido o único membro da comitiva autorizado a entrar no salão oval junto do presidente - deixando o próprio ministro das Relações Exteriores do lado de fora - Trump teria parabenizado o filho do presidente pelos seus “feitos” no Brasil (GORTÁZAR, 2019). Alguns meses depois, a indicação do nome de Eduardo Bolsonaro para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos viria a ser oficializada na imprensa. No dia 11 de julho de 2019, uma matéria publicada no portal G1 anunciava a intenção de Jair Bolsonaro de nomear um de seus cinco filhos, Eduardo, como embaixador em Washington. A mesma matéria ainda traz uma afirmação do presidente, que justifica sua escolha ao dizer que seu filho, além de amigo dos filhos do presidente estadunidense, “(...) falava inglês, espanhol e possuía vivência” (BOLSONARO, 2019).

A notícia, que foi recebida com espanto até mesmo por parte do eleitorado de Bolsonaro, não demoraria para suscitar acusações de nepotismo por parte do presidente da República. Saindo em defesa de seu pai, e de si mesmo, Eduardo Bolsonaro chegou a reafirmar experiência para o cargo “presido a comissão de Relações Exteriores da Câmara, tenho vivência, fiz intercâmbio, fritei hambúrguer lá nos Estados Unidos, e melhorei meu inglês” (BOLSONARO,

2019). Entretanto, depois de conquistar a liderança do Partido Social Liberal na Câmara - e ciente que sua indicação à embaixada nos Estados Unidos, que ainda passaria por sabatina no Senado Federal, já contava com manifestações contrárias - Eduardo desistiu do cargo.

É, também, importante mencionar a ligação de Eduardo Bolsonaro a Steve Bannon, estrategista de extrema-direita e responsável pela campanha que elegeu Donald Trump em 2016. Além da relação próxima entre Eduardo e Bannon - que ao completar 65 anos, em 2018, recebeu Eduardo Bolsonaro entre dezenas de convidados em evento fechado em Washington - o filho do presidente da República é, ainda, embaixador do movimento liderado por Bannon na América Latina. No início de 2019, Eduardo Bolsonaro era anunciado como embaixador sul-americano do *The Movement*, uma articulação criada por Bannon com o objetivo de “unir lideranças ultradireitistas mundiais” (PIRES, 2020).

2.1.3 Filipe Garcia Martins

O Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente da República é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e ex-funcionário do Tribunal Superior Eleitoral. Discípulo fiel de Olavo de Carvalho, Filipe é conhecido por ser um dos principais mobilizadores da legião de seguidores do filósofo e, também, do atual presidente, cuja campanha eleitoral, ainda em 2018, contou com sua participação ativa nas redes sociais. Apesar do cargo que ocupa, Filipe nunca esteve na carreira diplomática, e tampouco possui experiência prévia. Suas maiores contribuições podem ser resumidas em participações em eventos estudantis e a construção de uma revista acadêmica, chamada O Eremita, da Universidade Federal de Pelotas, onde primeiro ingressou no curso de Relações Internacionais.

De acordo com matéria de Ana Clara Costa (2019), para O Globo, Filipe - que teria sido o idealizador do primeiro contato dos Bolsonaro com Steve Bannon - “protagonizou momentos de indisposição junto à ala militar do governo”. Isso porque ele e Olavo de Carvalho, em suas contas no Twitter, lançaram críticas aos militares por suposta “fraqueza” em suas posições conservadoras perante a esquerda. Essa, entretanto, não seria a última polêmica envolvendo o assessor de Jair Bolsonaro. Em março deste ano, durante sessão do Senado, câmeras captaram o momento em que Filipe Martins realiza um gesto utilizado por movimentos ligados à supremacia branca. O assessor, que estava sentado atrás do senador Rodrigo Pacheco, gesticula as letras “W” e “P”, que representam o termo *white power*, ou poder branco em português. Filipe Martins foi denunciado pelo Ministério Público Federal e se tornou réu pela prática do

crime de racismo (MAIA, 2021), mas foi absolvido pela 12ª Vara Federal de Brasília, por falta de elementos suficientes que comprovem a acusação (LUIZ, 2021).

2.1.4 Ernesto Araújo

Peça central no jogo das relações internacionais brasileiras, Ernesto Araújo ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo de Jair Bolsonaro de 2019 até 2021. Araújo é graduado em Letras pela Universidade de Brasília e diplomata desde 1992. Foi assessor da divisão do Mercosul no Itamaraty, secretário da missão brasileira junto à União Europeia e responsável pelo setor econômico da embaixada brasileira na Alemanha¹³. Foram publicados em seu nome dois trabalhos sobre o Mercosul - sendo um deles a sua dissertação de mestrado - e um artigo de 2017 intitulado *Trump e o Ocidente*, além de três livros de ficção científica e um de poemas.

Considerado um dos ministros mais alinhados à política ideológica de Bolsonaro (MORI; IDOETA, 2021) Ernesto Araújo “se tornou uma figura querida pelo bolsonarismo, mas às custas da tradição diplomática do Brasil” (CASARÕES, 2021). Isso se deve ao fato de que o legado deixado pelo Chanceler ao Ministério das Relações Exteriores é o de descarte do multilateralismo, desmonte da antiga máquina burocrática do Itamaraty e o de declarações que afastaram o Brasil de suas tradições diplomáticas (MORI; IDOETA, 2021). Araújo, que comumente se utiliza de referências religiosas, chegou a afirmar em seu blog na internet que o globalismo é um sistema “anti-humano e anticristão” e que o Brasil necessitaria de um projeto político para “abrir-se à presença de Deus na política e na história” (ARAÚJO, 2017, apud, MORI; IDOETA, 2021). O professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Belém Lopes (2021), afirma que declarações como essas ilustram como a gestão do chanceler é um “ponto fora da curva” na tradição diplomática brasileira, além de apontar que estamos cada vez mais próximos de países teocráticos do Oriente Médio e da África e afastados de nossa própria tradição.

No dia 22 de outubro de 2020, em um discurso na formatura da Turma João Cabral de Melo Neto do Instituto Rio Branco, Ernesto Araújo diz: “Em seu discurso na noite da vitória, quase exatamente dois anos atrás, em 28 de outubro de 2018, o presidente Jair Bolsonaro, então

¹³ CORDEIRO, Thiago. Filho ‘embaixador’, olavismo, chanceler: quem realmente manda na política externa. **Gazeta do Povo**, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quem-manda-politica-externa-brasil-eduardo-bolsonaro/> Acesso em: 14 Nov. 2021.

recém-eleito, proclamava: Vamos libertar o Itamaraty! E era disso que precisávamos, senhor presidente: libertação” (ARAÚJO, 2020). O então chanceler, na ocasião, fala aos formandos de uma das maiores e mais respeitadas instituições brasileiras fazendo uso de metáforas religiosas e teorias da conspiração. Na esteira do que afirma Jair Bolsonaro logo após o pleito, Araújo estabelece as bases de seu discurso na crença de que o Brasil - que assim como nos anos 50 e 60 havia sido sujeito aos “desígnios de Moscou” - estaria sujeito ao “novo conceito de comunismo brasileiro” e, por isso, havia de ser salvo e liberto (ARAÚJO, 2020).

A utopia vivida por aqueles que reduziram a vida aos conceitos de classe, gênero e raça - verdadeiros ditadores do “politicamente correto” e da criação de “órgãos de controle da verdade” estaria conduzindo o país a um abismo. Para Araújo, este abismo seria “a utopia de um Brasil sem Deus, de um povo brasileiro arrancado aos braços de sua fé cristã” (ARAÚJO, 2020)

Milagrosamente, interrompemos essa marcha para o abismo. Como? Porque o povo brasileiro, como no poema de João Cabral de Melo Neto acordou e conseguiu olhar para fora, para fora daquela vida apodrecida, e configurou uma esperança, e encontrou um líder, que é o nosso presidente, que conhece e ama esse povo e nos ensina a conhecer e amar esse povo. Esse povo que sofre, mas que crê em Deus, que crê sobretudo no Deus encarnado, que sofre e, pelo sofrimento, liberta. Esse povo que é cristão e conservador, Severinos e Severinas que são cristãos e conservadores (ARAÚJO, 2020)

Araújo também faz críticas à mídia - que entende como integrante de um esquema de manipulação e invenção da informação, e, ainda, à ciência, que atualmente representa não a realidade dos fatos, mas aquilo que pensam os que têm acesso à mídia. Uma passagem em especial, no entanto, chama a atenção. Na contramão da tradição de política externa e da condução da pasta das Relações Exteriores por antigos chanceleres, Ernesto Araújo fala em liberdade, mas faz críticas ao multilateralismo.

Alguns aspectos do chamado multilateralismo podem até ser bem-intencionados, mas jamais alcançarão seus objetivos declarados. Como não creem, os multilateralistas têm medo, têm vergonha de falar em liberdade. Nos discursos de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas deste ano, por exemplo, os presidentes Bolsonaro e Trump foram praticamente os únicos a falar em liberdade. Naquela organização que teria sido, que foi fundada no princípio da liberdade, mas que a esqueceu. (ARAÚJO, 2020)

A identificação política e ideológica de Araújo para com o presidente do Brasil perpassa, também, sua admiração por Donald Trump, então presidente dos EUA. Ainda em 2017, nos Cadernos de Política Exterior do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), Araújo publica um artigo inteiramente dedicado à figura do ex-presidente estadunidense,

intitulado *Trump e o Ocidente*. O trabalho em questão - repleto de metáforas religiosas, como comumente observado em contribuições do autor - apresenta Donald Trump como o bastião da tradição ocidental, aquele que possuía - à época - todas as características e competências necessárias para guiar o Ocidente num processo de recuperação de si mesmo. Quase como um novo destino manifesto, agora centrado na figura de Trump.

Mas por que o Ocidente carece de recuperar a si mesmo? Para Ernesto Araújo, assim como em uma partida de futebol americano, o Ocidente estaria jogando e perdendo para o “politicamente correto” e aqueles que consideram a invocação da cultura ocidental como algo “ultrapassado” e “chauvinista” (ARAÚJO, 2017). As várias facetas da rejeição de seus heróis, da religião cristã e da família são alguns dos sintomas da doença que acometem o Ocidente desde o “Iluminismo” (ARAÚJO, 2017). No futebol americano, o passe conhecido como *Hail Mary Pass* significa a última tentativa desesperada de um jogador, que arrisca um lançamento para pontuar e salvar a partida. A eleição de Donald Trump, em 2016, representava, para Araújo, o *Hail Mary Pass* do Ocidente.

O Ocidente pós-moderno é um Ocidente que não quer olhar para si mesmo, que tem um forte impulso de auto contestação e por vezes até mesmo celebra a substituição de sua cultura por aquela dos imigrantes não ocidentais que chegam em número crescente. Não o faz por ser altruísta, por ter compaixão ou tolerância, estas são apenas uma máscara: no fundo o Ocidente escancara as portas para milhões de imigrantes porque se nega a si mesmo, porque está psiquicamente doente. Trump quer deter o avanço desse impulso autodestrutivo (ARAÚJO, 2017, p.332)

Ao culpabilizar os movimentos migratórios e afirmar que “escancara as portas para milhões de imigrantes” consiste em um “impulso autodestrutivo”, Araújo (2017) não somente demonstra ter uma visão totalmente equivocada da própria política de muitos países ocidentais para o movimento de entrada de imigrantes em seus territórios, como também escancara o xenofobismo característico da extrema direita. Em uma retomada de mitos e da história da civilização grega - fazendo alusão à batalha de Salamina - Araújo constrói seu argumento de que a ideia de nação, o nacionalismo em si, está intimamente ligada ao nascimento do Ocidente, colocando em dúvida a compreensão da ideia de pátria pelos povos não-ocidentais, numa tentativa de reafirmar o Ocidente como única e verdadeira expressão do patriotismo.

Por fim, Araújo afirma que Trump levou a Política Externa a um nível que ultrapassa a geopolítica, diplomacia e a política internacional, e aponta para a importância de o Brasil reconhecer que faz parte deste Ocidente. “(...) Os EUA de Trump querem evidentemente liderar o Ocidente nessa direção da recuperação de si mesmo (o si mesmo segundo Jung, esse *Selbst* cujo símbolo supremo é o Cristo” (ARAÚJO, 2017, p.352). “Somente um Deus poderia ainda

salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação - inclusive e talvez principalmente a nação americana (...) somente Trump pode ainda salvar o Ocidente” (ARAÚJO, 2017, p.356).

2.2 DE BRASÍLIA PARA WASHINGTON: A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO PARA OS ESTADOS UNIDOS NOS ANOS DE 2019 E 2020.

Não se pode dizer que Jair Bolsonaro tenha, na campanha, escondido seu viés de crença em uma sociedade conservadora, cristã, antiglobalista, pontuada por arroubos populistas-nacionalistas, e com base em uma política econômica de uma país agrário. Mesmo antes da eleição, Jair Bolsonaro havia viajado para Taiwan, em mensagem direta ao governo chinês; veiculou sua intenção de mudar a embaixada brasileira para Jerusalém, possivelmente para agradar seu eleitorado neopentecostal que tem fixação pelo velho testamento, e, claramente, se alinhava automaticamente ao governo de Donald Trump, nos EUA (FAEDDO, 2021).

Coube, em apenas uma das 81 páginas do plano de governo de Jair Bolsonaro intitulado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”¹⁴, toda a proposta do então presidenciável e sua cúpula para o futuro das relações exteriores do país. Faz-se relevante pontuar a construção descuidada deste plano, apresentado em formato *Power Point* – algo inusitado, até então. A seção, com a frase “O Novo Itamaraty” destacada em seu canto superior direito, traz cinco pontos considerados importantes aos objetivos de renovação deste órgão. O primeiro ponto afirma que o Ministério das Relações Exteriores seria colocado à serviço dos valores brasileiros - sem mencionar quais seriam - e ao comércio exterior. O segundo ponto determina que a política externa do país deixaria de “louvar ditaduras assassinas e (...) atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália” (TSE, 2018, p.79). Nos terceiro e quarto pontos, de forma bem vaga, afirma-se a necessidade de “redirecionar nosso eixo de parcerias” (PSL, 2018, p.79), com países “livres de ditaduras” (TSE, 2018, p.79) que possuem muito a oferecer ao país. O último ponto refere-se à “ênfase nas relações e acordos bilaterais” (TSE, 2018, p.79).

O tom ideológico da agenda internacional brasileira pode ser facilmente identificado, e uma ilustração de tal constatação consiste no abandono da postura histórica brasileira de condenar o embargo econômico a Cuba na ONU, um dos resultados do alinhamento incondicional aos Estados Unidos (BITTAR; CALCAGNO, 2019). De acordo com o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, Gunther Mros (2019), a política externa de Bolsonaro é marcada por uma disputa marcada entre pragmatismo e

¹⁴ TSE. **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**. 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf Acesso em: 11 de dez. 2021.

ideologia. Nesse sentido, Fernanda Magnotta, da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) afirma:

O Ministério de Relações Exteriores, comandado pelo chanceler Ernesto Araújo e o assessor especial da Presidência Felipe Martins seriam os representantes da ala ideológica ou olavista. Militares e a equipe de Paulo Guedes, ministro da Economia, representam a ala pragmática. Dependendo de qual dos grupos conquista mais espaço e consegue mais sucesso e mais êxito na hora de barganhar a sua agenda, o Brasil vai para uma linha mais pragmática ou mais ideológica (2020).

Essa disputa constante, entretanto, é o que, para muitos analistas, confere à política externa de Bolsonaro um aspecto “positivo”. Isso porque a cada solavanco causado por ações mal pensadas e/ou administradas pela parcela “ideológica” do governo, recuos decisivos são anunciados pela ala pragmática (BITTAR; CALCAGNO, 2019). Fontes entrevistadas por Bittar e Calcagno (2019) no Ministério das Relações Exteriores afirmam, ainda, que alguns ganhos podem ser atribuídos à atual gestão - ainda que decorrentes de iniciativas de governos anteriores - como, por exemplo, a conclusão do acordo entre Mercosul e União Europeia. Porém, a perda gradual de credibilidade da instituição Itamaraty é ainda o aspecto mais marcante da política externa de Jair Bolsonaro.

Até o momento, todos os objetivos definidos por Bolsonaro na única página destinada às relações exteriores em seu plano de governo parecem estar sendo cumpridos. De fato, os principais aliados do Brasil no cenário internacional foram alterados (PASSARINHO, 2020) e o país irá defender os valores da família e as bandeiras tradicionais conservadoras no Conselho de Direitos Humanos da ONU (DESIDERI, 2019). Em último lugar, mas não menos importante, a política externa brasileira passa a priorizar as relações bilaterais, concedendo ênfase ainda maior às relações Brasil-EUA. Nas palavras do ex-chanceler, em uma palestra no “Dia do Brasil” na Câmara de Comércio dos Estados Unidos:

A relação com os Estados Unidos era colocada para baixo pelos governos brasileiros, não por acaso, mas porque a relação com uma nação dinâmica e aberta produz liberdade, reforça o estado de direito, promove os valores humanos que nos inspiram – ou seja, tudo o que causa pavor a uma certa ideologia. Somente um presidente que vem de fora do sistema poderá mudá-lo. E parte dessa transformação profunda é a criação de uma nova parceria com os Estados Unidos (ARAÚJO, 2019).

Em um artigo para a Revista Veja, Paulo Roberto de Almeida (2021, p.4) ironiza, afirmando que no Itamaraty “os Estados Unidos constituem um departamento exclusivo”, enquanto até mesmo a Europa encontra-se “relegada à vala comum da África e do Oriente Médio”. A afirmação feita pelo ex-diplomata é assertiva ao tentar descrever o alinhamento incondicional da política externa brasileira, em suas diversas áreas, aos Estados Unidos. Ainda

assim, em termos concretos, o fortalecimento dos laços entre os dois países foi menor do que se esperava. “Por enquanto, foram poucos os efeitos práticos dos encontros entre os presidentes e das manifestações de apreço mútuo entre os governos” (DESIDERI, 2019, n.p.). Almeida, que desde 2016 ocupava o posto de Diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IPRI), foi exonerado em 2019 após críticas moderadas ao governo.

2.2.1 Relações Políticas

Como uma das primeiras demonstrações de que as relações Brasil-EUA seriam priorizadas pelo governo de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, o Ministério das Relações Exteriores declarou apoio à medida unilateral que previa a liberação de vistos para cidadãos estadunidenses. Tal decisão representou uma das primeiras grandes transformações no Itamaraty, órgão historicamente contrário à medida dado o princípio da reciprocidade nas relações exteriores. Na contramão dos planos de Bolsonaro, durante o governo de Donald Trump, os Estados Unidos passaram a adotar regras ainda mais restritivas para a concessão de vistos a brasileiros, que não foram poupados da rígida política migratória do então presidente estadunidense (FELLET, 2019).

Ainda alguns meses mais tarde, em agosto, o Governo Bolsonaro acatou um pedido dos Estados Unidos e adotou medidas para facilitar a expulsão de cidadãos brasileiros vivendo de forma ilegal nos Estados Unidos. De acordo com matéria da Revista ConJur (2019) o Itamaraty confirmou que foi aprovado um parecer que autoriza a deportação de brasileiros ilegais nos EUA com o uso de um “atestado de nacionalidade”. Isso significa que os Estados Unidos poderão deportar ao Brasil os brasileiros em situação ilegal mesmo que estes não possuam um passaporte, situação que, antes, só poderia acontecer a pedido do governo brasileiro.

Por fim, duas ações no campo da política, em 2020, marcam a política externa de Bolsonaro para a Casa Branca. A primeira diz respeito ao episódio racista nos Estados Unidos envolvendo o assassinato de George Floyd por um policial branco (MÍDIA NINJA, 2020). Em uma reunião extraordinária do Conselho de Direitos Humanos da ONU, convocada para debater o tema, os representantes brasileiros saíram em defesa de Donald Trump e da polícia estadunidense. Na ocasião, o Brasil se juntou aos países que, estrategicamente, relutaram contra uma resolução desfavorável aos interesses estadunidenses (CHADE, 2020). A segunda consiste no apoio explícito demonstrado pelo governo brasileiro, no mesmo ano, à campanha de reeleição de Donald Trump à Casa Branca, “rompendo com uma tradição brasileira de se manter equidistante em disputas eleitorais estrangeiras” (MORI; IDOETA, 2021).

2.2.2 Relações Diplomáticas

Na arena diplomática, a ruptura veio ainda mais cedo. Ainda em dezembro de 2018, pouco após o pleito que elegera Jair Bolsonaro à presidência da república, a representação brasileira na Assembleia Geral da ONU votou ao lado dos Estados Unidos e de Israel em uma resolução, proposta pelos Estados Unidos, que condenaria o Hamas¹⁵ por disparar mísseis contra o território israelense (CHADE, 2018). Ao longo da tradição de política externa brasileira, mais especificamente desde o ano de 1994, quando é estabelecida a Autoridade Palestina (CLEMESH, 2019 apud MOTA, 2019) o país tem optado por apoiar o povo palestino ou, em alguns casos, abster-se. O acontecimento, apesar de notável, já era anunciado. Isso porque, desde a campanha presidencial, Bolsonaro já sinalizava a intenção de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Em 2019, porém, após uma enxurrada de críticas - vindas, principalmente, de autoridades árabes -, Bolsonaro recua e anuncia a abertura de um escritório comercial do Brasil em Jerusalém.

Em matéria da BBC News Brasil, o enviado especial a Israel Caio Quero (2019) escreve: “Governo Bolsonaro: Em quebra histórica de tradição diplomática, presidente visitará Muro das Lamentações com Netanyahu”. A manchete se referia à visita do presidente brasileiro em março de 2019 a territórios considerados pela comunidade internacional como ocupações israelenses, e que pode ter sido compreendida como “um reconhecimento tácito de que os territórios ocupados por Israel após 1967 pertencem ao país” (QUERO, 2019). Ao contrário do que fizeram presidentes anteriores, Bolsonaro não contactou autoridades palestinas e nem visitou locais sagrados ao islamismo (QUERO, 2019). O movimento foi considerado inédito por Guilherme Casarões (2019), professor da Fundação Getúlio Vargas, uma vez que, até mesmo Donald Trump, ao visitar o local em 2017, não esteve acompanhado do primeiro-ministro israelense.

O alinhamento incondicional da política externa do governo Bolsonaro aos Estados Unidos, portanto, compreende, também o alinhamento incondicional à agenda estadunidense no sistema internacional. É importante ressaltar que os Estados Unidos são aliados históricos de Israel, e foram a primeira nação a reconhecer a proclamação do Estado israelense, em 1948. Entretanto, não é apenas ao “irmão do norte” que Bolsonaro agrada ao quebrar tantos protocolos

¹⁵ O Hamas, ou Movimento da Resistência Islâmica, nasceu após a primeira intifada, que marcou o levante político das forças islâmicas perante a ocupação Israelense (ABU-AMR, 1993). A organização, eleita democraticamente em 2006 ao governo dos territórios palestinos, é classificada pelos governos ocidentais como terrorista (GUNNING, 2007, tradução nossa)

e desafiar o povo palestino, uma vez que seu eleitorado - formado majoritariamente por evangélicos neopentecostais - possui interesse direto no tema.

A viagem atendeu a dois grupos da base eleitoral do presidente — parte da comunidade evangélica e da comunidade judaica — e agradou aos Estados Unidos, principal aliado do governo israelense. Havia a grande expectativa de que Bolsonaro cumprisse a promessa feita na campanha de transferir a embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém. Isso atenderia a uma pressão dos Estados Unidos e a uma reivindicação de evangélicos brasileiros que, com base em interpretações da Bíblia, acreditam que Jerusalém é uma terra prometida aos judeus (PASSARINHO, 2020)

Também em 2019 foi formalizada a saída do Brasil da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e sua adesão ao Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL)¹⁶. Bloco fundado por Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela, a UNASUL nasce em 2008 com a prerrogativa de constituir uma organização independente dos Estados Unidos (EFE, 2019) e teve como um de seus principais promotores o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (AFP, 2019). A denúncia do Tratado Constitutivo da UNASUL e a assinatura da Declaração de Santiago, que cria o PROSUL - idealizado pelo presidente chileno Sebastian Piñera - fazem parte do conjunto de medidas adotadas pelo novo governo em direção à “renovação” do Itamaraty. Desde seus primeiros dias, o governo de Jair Bolsonaro trabalhou para romper com um passado diplomático que julga estar demasiado à esquerda.

2.2.3 Relações Econômicas

Passarinho (2020) afirma que “(...) para além de troca de palavras generosas, o Brasil pôs em prática uma série de concessões para conquistar a confiança dos Estados Unidos”. A afirmação do jornalista pode ser verificada no campo das relações econômicas de forma ainda mais incisiva, se em comparação às outras áreas aqui mencionadas. No dia 09 de maio de 2019, o general Rêgo Barros (apud FRAZÃO, 2019) - porta-voz da Presidência da República - afirmara que o Itamaraty estava certo, e possuía indicativos “críveis”, de que os Estados Unidos manifestariam apoio à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ainda na reunião que se sucederia em Paris, em maio daquele ano (FRAZÃO, 2019). Mesmo cientes de que apenas o apoio de Donald Trump não seria suficiente para assegurar o ingresso brasileiro na organização, o Ministério das Relações Exteriores estava certo do endosso público manifestado por Trump ao ingresso do Brasil na organização.

¹⁶ Apoiado pelo presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, a iniciativa de governos de direita da América do Sul é integrada por 8 países e nasce com a prerrogativa de constituir um espaço para cooperação e fortalecimento da democracia, “sem ideologias” e “burocracias” (PIÑERA, s/d, apud FIGUEIREDO, 2019)

Em uma visita de Estado no mês de fevereiro, Donald Trump teria prometido a Jair Bolsonaro que daria seu aval à entrada do Brasil na organização ainda naquele ano, e em contrapartida, o governo brasileiro deveria se comprometer a reavaliar o status especial que detém na Organização Mundial do Comércio (FRAZÃO, 2019). De fato, ainda no mês de março, o Itamaraty (MRE, 2019) através de nota à imprensa - intitulada “Comunicado Conjunto do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Donald J. Trump” - anuncia que o presidente Bolsonaro havia concordado em começar a abrir mão do tratamento e condições especiais concedidas a países emergentes nas negociações da OMC, em linha com o proposto pelo governo estadunidense. Entretanto, três meses após a declaração do porta-voz da Presidência da República, o secretário de Estado estadunidense, Mike Pompeo, anuncia apoio apenas à entrada da Argentina e da Romênia na organização (FRAZÃO, 2019), frustrando os planos brasileiros de adesão à entidade.

Ainda assim, mesmo com o recuo dos Estados Unidos quanto à entrada do país na OCDE, o governo brasileiro “em mais um gesto de generosidade a Trump” (PASSARINHO, 2020) ampliaria, em 2020, as cotas de importação e as isenções tributárias para importação de etanol e trigo estadunidenses.

Essas duas decisões preocuparam produtores brasileiros e outros parceiros comerciais do nosso país, como a Argentina, que temem não conseguir competir com os produtos americanos. A expectativa era que o governo dos EUA liberasse, em troca, o seu mercado de açúcar, um dos mais protegidos do mundo, mas, por enquanto, essa contrapartida não aconteceu. Além disso, mais recentemente, no início de dezembro, Trump acusou Brasil e Argentina de desvalorizarem suas moedas frente ao dólar e anunciou aumentos sobre as tarifas de aço e alumínio importados do nosso país (PASSARINHO, 2020).

Também em 2019, o governo brasileiro anunciou que não exerceria seu poder de veto no acordo comercial entre a Embraer e a Boeing para a criação de uma nova empresa. O governo Bolsonaro concedeu carta branca à compra de uma das maiores empresas nacionais pela companhia estadunidense. Tal decisão foi tomada apesar da divulgação de uma nota técnica por parte do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), na qual especialistas alertam para o impacto econômico da negociação principalmente sobre a geração de empregos no país (BRASIL DE FATO, 2019). Aproximadamente um ano depois, em fevereiro de 2020, O Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em uma nota à imprensa, anunciava que estava retirando o Brasil da lista de países em desenvolvimento. Dessa forma, os benefícios comerciais e o tratamento preferencial concedidos a esse grupo em questão foram restringidos ao país (SALATI, 2020).

2.2.4 Relações Militares

O campo dos assuntos estratégicos de segurança e defesa nacionais está, em que pese o entendimento quanto à disputa entre ideologia e pragmatismo, sob maior guarnição da ala “pragmática” do governo de Jair Bolsonaro, composta principalmente pelos militares. Em abril de 2019, Jair Bolsonaro anunciou que “a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela era ‘próxima’ de zero, mas que não estava completamente descartada” (BOLSONARO, 2019, apud, OLIVEIRA et al., 2019). Logo em seguida, o vice-presidente Mourão contradiz o presidente da república afirmando que uma intervenção militar na Venezuela estava fora de questão e que o país acreditava que as questões nacionais venezuelanas deveriam ser tratadas por seu próprio povo (MOURÃO, 2019, apud, OLIVEIRA et al., 2019).

Na mesma oportunidade, a hipótese de que o Brasil autorizaria o uso de seu território aos Estados Unidos para uma ação militar contra o país vizinho também foi descartada por Mourão (OLIVEIRA, et al., 2019). A declaração geraria dúvida, entretanto, no ano seguinte, quando da visita do secretário de estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, à cidade de Boa Vista, em Roraima. Uma matéria da Gazeta do Povo classificou a visita como “polêmica” e “(...) estratégica tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil, principalmente na narrativa contrária ao ditador venezuelano Nicolás Maduro” (FERNANDES, 2020). A visita, tida pelo governo estadunidense como uma demonstração do apoio dos Estados Unidos e do Brasil ao povo da Venezuela, gerou críticas dentro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que aprovou uma nota de repúdio às falas de Pompeo durante a visita (FERNANDES, 2020).

Por fim, um dos feitos mais importantes da política externa de Bolsonaro, cujos resultados ainda devem ser observados, parece não ter sido submetido ao crivo pragmático da ala militar do governo. Em mais uma demonstração do processo de completa ruptura vivida pelo Itamaraty, o Brasil assinou em março de 2019, na capital estadunidense, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) que prevê o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão (PIOVESAN; BRANDÃO, 2019). O acordo, que fere gravemente o princípio da soberania nacional, era discutido há mais de 20 anos e, finalmente, foi aprovado pela Câmara de Deputados e pelo Senado brasileiro. O Decreto nº10.220 de 05/02/2020, que promulga o acordo entre os dois países, garante aos Estados Unidos a participação em lançamentos de objetos espaciais a partir de território brasileiro.

Muitas têm sido as demonstrações concretas do governo de Jair Bolsonaro, através das relações internacionais, de que a política externa para os Estados Unidos é, atualmente, conduzida de forma completamente estranha à que se observa em gestões anteriores, também

alinhadas a esse país. A exposição exaustiva de todos os discursos e feitos de Bolsonaro e sua equipe durante os anos de 2019 e 2020 não seria viável. Contudo, o levantamento dos acontecimentos mais cruciais no que diz respeito a relação entre os dois países fornece um panorama importante de análise. A partir de fontes primárias de pesquisa – como jornais, revistas, blogs e sites oficiais do governo – foram elencadas decisões econômicas, políticas, diplomáticas e militares que, em contraposição ao acumulado histórico da agenda de política externa brasileira, ilustram o ineditismo da política externa do atual governo para os Estados Unidos. A retomada daquilo no que consistiam as relações Brasil-EUA em alguns dos períodos históricos de maior alinhamento, assim como a exposição dos fatos que constroem este mesmo relacionamento desde o ano de 2018, permite uma análise final sobre a guinada que se observa sob a administração Bolsonaro.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O NOVO ALINHAMENTO: ROMPIMENTO E SUBMISSÃO

O Brasil caminhava na história com uma certa constância, trilhando o caminho do universalismo de suas relações internacionais, sem que houvesse, regra geral, mudanças tão contundentes como ocorreram desde 2019 sob a presidência de Jair Bolsonaro. Essa sucinta introdução, ainda que incompleta, reflete nossa percepção de que ao Brasil não foi dada a sina de ter grandes solavancos em suas relações internacionais. Porém, em 2018, foi eleito o Presidente Jair Bolsonaro, e junto com ele, sobe ao Ministério das Relações Exteriores, o chanceler Ernesto Araújo (FAEDDO, 2021, n.p).

Através do resgate histórico das gestões mais emblemáticas - no que tangem as relações entre Brasil e Estados Unidos - ao longo do último século, e do levantamento dos fatos que mais chamam atenção na atual política externa brasileira - assim como quem são aqueles que os têm conduzido - é possível traçar um paralelo entre passado e presente. A análise comparativa entre no que tem consistido a política externa brasileira para os Estados Unidos desde o último século e o que a caracteriza, teórica e praticamente, no atual governo permite que se identifique alguns elementos fundamentais. Tais elementos corroboram a hipótese, apresentada nas primeiras páginas deste trabalho, de que é inédita a maneira como têm sido conduzidas as relações entre os dois países pelo governo de Jair Bolsonaro.

Apesar de seu caráter recente, o tema vem chamando a atenção de especialistas desde os primeiros dias do atual governo. Ainda em 2019, nomes reconhecidos pela atuação junto ao Itamaraty e outros órgãos de pesquisa em política externa já manifestavam publicamente suas opiniões em relação aos desígnios do novo governo à condução das relações internacionais do país. Ao contrário do que se pode imaginar, em um primeiro momento, as críticas à política externa do governo Bolsonaro têm origem nos diferentes espectros políticos. De Paulo Roberto de Almeida¹⁷ a Samuel Guimarães¹⁸ - referências teóricas cujos posicionamentos políticos são, tradicionalmente, considerados divergentes - se estabelece, hoje, um consenso: sob a administração de Jair Bolsonaro e seu chanceler, Ernesto Araújo, a política externa brasileira rompe com os postulados que, desde Rio Branco, a qualificam e identificam.

¹⁷ Paulo Roberto de Almeida é doutor em Ciências Sociais, mestre em Economia e diplomata de carreira desde 1977. Foi professor no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília (UnB) e diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty (CONTEXTO, s/d). Crítico das políticas externas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, o diplomata se autointitula “liberal” (EDITORA CONTEXTO, 20--)

¹⁸ Samuel Pinheiro Guimarães Neto é mestre em Economia e diplomata pelo Instituto Rio Branco desde 1967. Foi Alto-Representante Geral do Mercosul no governo de Dilma Rousseff e Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do governo Lula, além de ex-diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Desprovida do pragmatismo, que no acumulado histórico da diplomacia brasileira desponta como um denominador comum ao processo de tomada de decisão, a política externa atual se afasta de sua tradição a largos passos, enquanto escancara ao resto do mundo um país governado pela intolerância, negacionismo e fanatismo religioso. A agenda da política externa para os Estados Unidos - considerada pelo Ministério das Relações Exteriores uma prioridade máxima - encontra-se no epicentro deste fenômeno que é a guinada das relações internacionais ao, até então, nunca observado. Em 2002, o ex-chanceler Celso Lafer - ao tirar os sapatos em um aeroporto estadunidense - demonstrava ao mundo a submissão do governo de Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos. Em 2018, essa mesma submissão alcança um novo patamar: o do fetichismo, capaz de levar um presidente da república a prestar continência à uma bandeira que não a de seu próprio país.

As atuais relações do Brasil com os Estados Unidos não são motivo de grande perplexidade pelo simples alinhamento, portanto. Em outros momentos da história, o Brasil se alinhou. O que causa espanto desta vez, no entanto, é que, por mais que se procure, nada se encontra que possa ser qualificado como do interesse nacional. Desde o início do atual governo, o Brasil diminui sua margem de manobra: cede aos EUA sem expectativa de reciprocidade e mesmo sem que tenha havido qualquer tipo de pressão por parte do vizinho do Norte. Cedemos por antecipação e por escolha (TEIXEIRA, 2019, apud, GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, pg.202)

De fato, Bolsonaro cede aos Estados Unidos por antecipação e por escolha. A Política Externa que, outrora, foi exitosa em atingir importantes feitos para o desenvolvimento econômico e industrial do país, não é capaz, nos dias de hoje, de alcançar nada além de promessas vazias e gestos insignificantes de admiração. Isso porque o maior objetivo de política externa brasileira, sob a administração Bolsonaro, consiste em seguir os passos de um país - e de um líder - que, mais do que nunca, voltam-se a seus próprios e exclusivos interesses. Ao contrário de outros presidentes da história da república brasileira, que sabiam que o alinhamento automático poderia ser benéfico à medida em que possível fosse barganhar, Jair Bolsonaro renuncia a relacionamentos importantes, benefícios comerciais e da própria reputação internacional de seu país em troca de coisa alguma.

Se os governos Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), Dilma Rousseff (2011-2014/2015-agosto de 2016) e Michel Temer (agosto de 2016-2018) foram, por um lado, fruto de um mesmo projeto político; por outro se faz necessário distingui-los, uma vez que Michel Temer procurou diferenciar-se de seus aliados de véspera em matéria de política externa. Adotou o baixo perfil, de caráter não-ativista, de Dilma Rousseff, e fortaleceu o pragmatismo vinculado aos interesses dos setores econômicos mais importantes do país, como o agronegócio. O pragmatismo explica a ênfase atribuída às relações comerciais e econômicas com a China e a busca de relações econômicas mais estreitas com os Estados Unidos. Nisso reside sua principal diferença em relação ao sucessor (VIDIGAL, 2019, p.3)

Carlos Vidigal (2019) é perspicaz ao assinalar uma das principais divergências entre as escolhas políticas de Bolsonaro e seu antecessor, Michel Temer. O autor afirma que as agendas neoliberais de ambos os presidentes convergem em muitos pontos, principalmente devido à escolha por uma maior ênfase nas relações bilaterais em detrimento das multilaterais. Entretanto, na contramão de Temer e outros presidentes cujas agendas políticas e econômicas configuram-se como neoliberais, a política externa bolsonarista serve de instrumento ao isolamento econômico e comercial do Brasil. De fato, a “desconfiança não justificada” (VIDIGAL, 2019, pg.15) em relação à China, as críticas abertas de Bolsonaro ao governo chinês e a indisposição geral quanto ao relacionamento entre os dois países levaram o Brasil à beira do precipício: a perda de seu maior parceiro comercial. Enquanto isso, porém, Bolsonaro e sua base de apoio garantiam ao governo estadunidense uma quota tarifária, que passou a permitir a importação anual de 750 mil toneladas de trigo estadunidense com tarifa zero (GGN, 2019).

O alinhamento do governo brasileiro à Casa Branca, ao menos nos dois primeiros anos de mandato do atual governo, parece consistir, à Vidigal (2019) em uma superficial assimilação de diretrizes da própria administração Trump. A “(...) guerra comercial e tecnológica com a China, diálogo com Taiwan, sintonia com Israel e oposição sistemática a Nicolás Maduro (...)” (VIDIGAL, 2019, p.15) são exemplos do quão escassa de um verdadeiro interesse nacional é a política externa atual. Nessa esteira, Vidigal (2019, p.6) chama a atenção à cúpula militar que, ao contrário do que nos mostra a história, se manteve alheia à temas caros como o desenvolvimento tecnológico, a industrialização e a preservação da soberania. O nacionalismo pregado por Bolsonaro e seus apoiadores é “desprovido de um programa de afirmação da economia e do Estado Brasileiro no cenário internacional” (BOITO JR, 2020, n.p.) e condena, de forma única, o Brasil ao quintal¹⁹ dos Estados Unidos da América.

Para Samuel Guimarães (2019, n.p.), a política externa de “(...) excessos verbais, atitudes subservientes e ‘interpretações’ inéditas da História” executada pelo governo de Jair Bolsonaro contraria os princípios fundamentais de uma política externa que contribui para o alcance dos objetivos nacionais. Esses objetivos nada mais são do que a vontade da maioria do povo brasileiro (GUIMARÃES, 2019). Assim, o alinhamento declarado e unilateral aos Estados Unidos - além de atender apenas aos anseios da parcela ainda fiel a Bolsonaro e seus filhos - tem desmoralizado o Brasil perante os demais Estados. Em As bases da política externa

¹⁹ Referência à obra de Paulo Nogueira Batista Jr, *O Brasil não cabe no quintal de ninguém*, em que o autor discute as ambivalências e armadilhas do nacionalismo a partir de sua experiência no FMI e nos BRICS, discutindo o “complexo de vira-lata” e a perda da autonomia e desenvoltura no plano internacional sob as administrações de Michel Temer e Jair Bolsonaro (EDITORA LEYA, 20--)

bolsonarista, Berringer et al., (2021, p.142) conclui que a exaltação aos Estados Unidos e ao então presidente Donald Trump - além de distinguir a atual política externa tem, também, sido o alicerce de uma aliança “conservadora e obscurantista que ataca a defesa dos direitos humanos, do multilateralismo e do meio ambiente na política internacional”.

Ruptura, sim, mas o corte realizado é muito mais longo e profundo: ele não nos separa apenas da política externa do período pós-democratização, mas da tradição histórica da diplomacia brasileira em seu conjunto [...] O mistério da condução aparentemente alucinada se desfaz quando reconhecemos que a política externa nas mãos de Bolsonaro não é uma ferramenta para a promoção do interesse público, mas um instrumento, de uso privado, para a afirmação e fortalecimento de seu grupo político (CRUZ, 2019, s/p, apud, GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, p.146)

No artigo Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA, de 2020, os pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU), Williams Gonçalves e Tatiana Teixeira, discutem a política externa de Bolsonaro sob a ótica do que consideram ser as duas visões clássicas da política externa brasileira a respeito de como se deve dar o desenvolvimento e o relacionamento do país em relação ao resto do mundo. Tais visões, denominadas “liberal” e “nacionalista” pelos autores, vinham se alternando ao longo do acumulado histórico das relações internacionais do Brasil. A visão liberal de política externa entende que as relações internacionais se reduzem à economia, comércio e investimentos. Ela conduziu a política externa brasileira, em alguns momentos, a uma atuação focada no livre-comércio, participação em blocos econômicos junto de países industriais avançados e limitado envolvimento com iniciativas que objetivassem contestar a ordem internacional (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020). Já através da visão nacionalista, a política externa brasileira se dispôs a participar ativamente de movimentações políticas por mudanças na ordem internacional, além de buscar pela autonomia decisória e compreender, em si, a importância de fatores não-econômicos à agenda (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020).

Sem qualquer tipo de teorização ou explicação das razões pelas quais estão sendo conduzidas as relações do país com outros atores - principalmente os Estados Unidos - a política externa de Bolsonaro vira as costas para essas duas concepções de política externa, segundo os autores (2020, p.196). “Pela primeira vez, os responsáveis pelo Estado têm-se orientado tão somente por ideias que não apresentam qualquer consistência com os interesses concretos” (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, p.196).

Toda política externa é produto da inter-relação dos interesses internos, considerados prioritários, com as possibilidades externas, percebidas por meio da avaliação do

quadro internacional. Nesse processo, não há lugar para certezas. Não há nada que seja natural. Tudo depende de interpretações e de escolhas. Tudo depende dos pressupostos e dos instrumentos usados por quem analisa o quadro interno e o quadro externo e, por esse meio, chega à conclusão a respeito de quais devem ser as prioridades internas a serem atendidas e as possibilidades externas a serem exploradas. As interpretações e escolhas são feitas por aqueles eleitos para governar o país, em conformidade com o programa de governo elaborado pelo partido, ou pela coligação de partidos políticos, ao qual o governante e seus auxiliares pertencem. É do processo político que se decanta os interesses nacionais (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, p.194)

Assim como este trabalho, o debate proposto por Gonçalves e Teixeira parte do pressuposto da existência de um legado de política externa brasileira. No entanto, afirmar que um padrão de comportamento histórico - derivado de um conjunto de princípios - torna a política externa algo “natural” ou imutável é um equívoco. De maneira oposta, a política externa brasileira tem sido feita sobre decisões conscientes e escolhas políticas. A guinada na política externa e, em especial, nas relações entre Brasil e Estados Unidos, provocada pelo governo de Jair Bolsonaro é uma escolha consciente que, até então, não havia sido tomada. Não, pelo menos, em tamanha intensidade de divergência.

Portanto, sim, a política externa do governo de Jair Bolsonaro para os Estados Unidos rompe com uma tradição das relações internacionais do país. Através de discursos, gestos e decisões oficiais do Ministério das Relações Exteriores essa reorientação se faz clara. Apesar de dizerem respeito à mais de um campo das relações exteriores - o político, o diplomático, o comercial e o militar - os feitos desviantes da política externa de Bolsonaro parecem ser determinados por dois grandes elementos: a fascinação pela figura de Donald Trump e a influência da religião. Tais elementos, que podem ser encontrados nas análises dos especialistas aqui citados - ou que o ainda serão - confirmam o ineditismo dessa política externa.

3.1 NÃO ERAM OS ESTADOS UNIDOS, ERA TRUMP: A ADORAÇÃO AO EX-PRESIDENTE ESTADUNIDENSE E O RECONHECIMENTO ENTRE A EXTREMA DIREITA

O mundo vem testemunhando, nos últimos anos, a ascensão de uma nova direita. É importante salientar que este trabalho reconhece a existência de um amplo debate acerca do tema e, por isso, não pretende se aprofundar quanto aos possíveis significados e características deste movimento. Quando nos referimos à extrema direita brasileira, entretanto, tratamos sobre os grupos e atores que despontam no cenário político nacional após as manifestações públicas de 2013, devido ao vácuo político que toma lugar no país frente a fragmentação da esquerda (GOLDSTEIN, 2019). Em virtude dos desdobramentos sociopolíticos da Operação Lava Jato,

o debate público passa a girar em torno da disputa entre corrupção e honestidade. Isso, de acordo com Goldstein (2019, p.252), favorece a agenda desta extrema direita que, graças à sua influência no setor judiciário, mídia e principais grupos financeiros, obtém sucesso em reconduzir todo o discurso público e a cultura política do país.

The main characteristics of this right-wing order are (1) the construction of a “leftist” enemy to justify repression of activists and social movements, preserving a loyal base and manipulating the anger if no economic achievements are made; (2) a political partisan role for the judicial powers with strong interference of lobbying and military consultants; (3) a weak democracy without political participation; (4) the establishment of a market-friendly order, against the platform voted for by the majority of Brazilians in the 2014 election; (5) right-wing advances in public discourse that have reframed the political culture and discussion; and (6) the appearance of a far-right contender for the presidency for the first time since redemocratization began in 1985 (GOLDSTEIN, 2019, p.257)

A extrema direita brasileira - representada por Bolsonaro e seu núcleo duro - parece acompanhar uma tendência de caráter internacional, especialmente a que tomou lugar nos Estados Unidos entre 2016 e 2020. Os termos *far right*²⁰ e *alt right*²¹, que em português significam extrema direita e direita alternativa, descrevem o que se entende caracterizar o governo de Jair Bolsonaro, que apesar de se encontrar neste mesmo espectro político, difere da considerada direita “tradicional”. Considerando as particularidades de um país situado na periferia do sistema internacional, Goldstein (2019) observa que as agendas de Bolsonaro e de outros líderes de extrema direita como Viktor Orbán, na Hungria, e Donald Trump, nos EUA, divergem em um único e grande ponto: no Brasil, a extrema direita erige sobre o neoliberalismo, ao passo em que na América do Norte e Europa esta constrói suas bases sobre o nacionalismo.

Caldeira Neto (2021) afirma que associar a guinada de uma ultradireita no Brasil - que ganha espaço após o golpe de 2016 e se autoafirma com a eleição de Jair Bolsonaro - à uma influência externa, significa negligenciar a existência de “uma história da extrema direita no Brasil”. De fato, o visível alinhamento de Bolsonaro à Trump - e a convergência da agenda de política externa brasileira à agenda de política externa do ex-presidente dos Estados Unidos - não possuem como variável apenas a existência de um movimento de caráter internacional, ainda que este desempenhe papel muito relevante. Parece ser ainda mais determinante à forma como são conduzidas, atualmente, as relações entre Brasil e Estados Unidos a admiração pessoal do chanceler e do presidente da república à pessoa de Donald Trump.

²⁰ GOLDSTEIN, 2019

²¹ ALEXANDER, 2018, apud TOMEI, 2021

Cabe perguntar qual é realmente o diferencial da política externa do governo de Bolsonaro. Em termos estratégicos, a posição do Estado brasileiro parece seguir a mesma orientação do governo Temer: subordinação aos Estados Unidos, desmantelamento da política de integração regional multidimensional e adoção do neoliberalismo em sua nova fase. A grande novidade é que o alinhamento ideológico com o governo Trump é explícito (MARINGONI; SCHUTTE; BERRINGER, 2021, p.12)

O que Maringoni, Schutte e Berringer (2021) afirmam na passagem acima reforça o entendimento de que, ao contrário de governos anteriores - também automaticamente alinhados aos Estados Unidos - a política externa de Bolsonaro para Washington se configura como uma política de governo para outro governo. O professor de Relações Públicas Internacionais da Universidade de Columbia, Christopher Sabatini (2020), afirmou - em entrevista para a BBC - que apesar de acertar ao promover um aumento das relações entre os dois países, Jair Bolsonaro errou quando escolheu focar na relação com Trump, não na relação entre os dois países, principalmente ao entregar demais aos Estados Unidos sem exigir algo em troca. “Abraçou-se não a agenda dos Estados Unidos, mas a agenda de um presidente. E um presidente que é muito inconstante e muito intempestivo (SABATINI, 2020, apud PASSARINHO, 2020).

Gonçalves e Teixeira (2020, p.192) concluem que “para além de tendências políticas e ideológicas” Bolsonaro, através da política externa, tem manifestado “sua admiração particular pela trajetória e pela personalidade do presidente Trump”. Pode-se dizer que, juntamente de seu desejo de poder ser capaz de contar com bons relacionamentos de direita (BOLSONARO, s/d, apud BATISTA JR, 2020), Jair Bolsonaro anseia, também, pelo reconhecimento do empresário nova-iorquino - com quem divide tantas crenças e semelhanças. Como bem identificam Berringer et al., (2021, p.143) o alinhamento ideológico ao governo Trump, do ponto de vista discursivo, centra-se na ideia de um “ocidentalismo cristão-conservador-xenófobo”. Paulo Roberto de Almeida (2019), por sua vez, chama a atenção para o artigo de Ernesto Araújo, *Trump e o Ocidente*, e para o fato de como este trabalho - escrito antes do pleito que viria a eleger Bolsonaro - lançava as bases de uma política externa que estaria a serviço antes de um estrangeiro do que de sua própria nação.

Os Estados Unidos constituem o foco principal de uma aliança estratégica da nova política externa, aliás, não tanto o país, mas mais exatamente o presidente Donald Trump, apreciado pelo presidente Jair Bolsonaro e necessariamente pelo seu chanceler. Trump foi o objeto do artigo de “estreia” do então candidato a chanceler, que parece sinceramente acreditar na tese de que Trump está destinado a salvar o Ocidente de sua atual decadência. Segundo Araújo, formado em Letras, mas aplicando o seu bisturi analítico também ao terreno da ciência política, “Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais (ALMEIDA, 2019, p.76)

Retratado por Ernesto Araújo (2017) como o verdadeiro herói do Ocidente, e bastião de sua sobrevivência, Donald Trump foi o maior beneficiado pela política externa de Bolsonaro, que ao promover “(...) desconfiança quanto aos arranjos multilaterais, equidistância em relação à China, aproximação com Israel e Taiwan e (...) condenação do regime político da Venezuela (VIDIGAL, 2019, p.5) esteve, na verdade, agindo em prol dos interesses e caprichos do empresário.

Por que razão Bolsonaro apresentava uma série de reticências, quando não fazia críticas abertas à China, se governos assumidamente liberais – Collor, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer – fomentaram as relações bilaterais em suas diversas dimensões? Mais uma vez, é a aproximação política de Bolsonaro com a administração Donald Trump que explica a assimilação de elementos da política externa estadunidense, como o diálogo com Taiwan e a visão da China como ameaça (VIDIGAL, 2019, p.12)

Pode-se dizer ainda, com base nas semelhanças estratégicas e táticas das campanhas dos dois presidentes - isto é, “o voluntarismo, a adesão acrítica, as manifestações curtas, diretas e provocativas na mídia” (VIDIGAL, 2019, p.15) que a política externa brasileira se torna um “espelhamento forçado” da política externa estadunidense devido a um possível entendimento prévio entre Trump e Bolsonaro, intermediado por seus assessores e filhos (VIDIGAL, 2019, p.5).

Finalmente, é importante lembrar o apoio explícito do presidente da república, Jair Bolsonaro, à campanha de Donald Trump para reeleição em 2020. Meirelles et al., (2020) chama a atenção, em *Política Externa a serviço da eleição de Trump*, para as concessões feitas pelo governo brasileiro a menos de três meses das eleições presidenciais estadunidenses: renovação da isenção da tarifa sobre a cota do etanol estadunidense e a expansão, em mais de 187 milhões de litros, da quantidade isenta de imposto de importação com permissão de adentrar o território brasileiro. Para os autores, tais concessões visavam “(...) fortalecer a campanha eleitoral de Trump”, que buscou “(...) capitalizar os votos do chamado “rust belt” (MEIRELLES ET AL., 2020, n.p.). Desta forma, pode-se concluir que, além de trabalhar ativamente pela reeleição de Trump, em 2020, o governo de Bolsonaro - ao proteger e defender os interesses daquele - esteve, também, defendendo os próprios interesses de sobrevivência. Neste sentido, Paulo Nogueira Batista Jr descreve, em seu blog na internet, a forma com que percebe as relações atuais entre Brasil e Estados Unidos. De acordo com o economista, a relação próxima ao ex-presidente estadunidense serviu como “(...) ponto de apoio potencialmente importante em caso de agravamento do quadro interno e risco de descontinuidade do bolsonarismo” (BATISTA JR, 2020, n.p.).

(...) o que temos, na verdade, não é uma relação Brasil/EUA, mas outra coisa mais limitada e totalmente diferente: uma relação Bolsonaro/Trump, isto é, a tentativa, da parte do presidente brasileiro, de criar uma relação muito particular, de natureza inconfessável, com o presidente americano. Para tal, Bolsonaro faz, por assim dizer, cortesia com chapéu alheio: cede posições e interesses brasileiros, econômicos e políticos, para obter vantagens para si, isto é, para fortalecer-se nos embates internos correntes e futuros (BATISTA JR, 2020, n.p.)

3.2 BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS: EM NOME DE DEUS E DO OCIDENTALISMO CRISTÃO

“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. A passagem, do Evangelho de João (capítulo 8, versículo 32), aparece estampada na primeira página do plano de governo de Jair Bolsonaro, então candidato ao Executivo. Seu slogan durante a campanha presidencial, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” dá nome ao documento e é, ainda, marca registrada do atual governo - e de seus esforços propagandísticos. As menções bíblicas e o apelo à figura divina, um tanto quanto comuns em muitas das esferas da vida de um cidadão brasileiro, já sustentavam, em 2018, um dos aspectos mais marcantes da nova política de Jair Bolsonaro.

Eu acho que um momento simbólico desse movimento – movimento no qual o Brasil tem um papel fundamental –, um momento simbólico, é no último Fórum Mundial de Davos, onde, no discurso de abertura, o presidente Bolsonaro, no final, falou de Deus. Falou de Deus. Eu não sei, não fui pesquisar, mas eu acho que provavelmente foi a primeira vez em que um chefe de Estado fala, usa a palavra Deus, acreditando nele, sobretudo no Fórum de Davos! Eu imagino as pessoas ali tendo que olhar no dicionário – assim, “o que significa esse nome?” – em um momento, realmente, de certo desconcerto (ARAÚJO, 2019, n.p., apud GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, p.197)

A fala do ex-chanceler é didática e corrobora a hipótese, aqui levantada, de que um dos elementos inéditos da política externa de Bolsonaro consiste na sua intrínseca relação com a religião. É preciso reconhecer que, apesar de consistir em um Estado laico, a história da formação brasileira está intimamente ligada à religião cristã, uma vez que a própria colonização portuguesa encontrou legitimidade e financiamento junto à Igreja Católica Apostólica Romana. Os resquícios das missões jesuíticas e da catequização dos povos originários pagãos podem ser observados, ainda hoje, nas próprias estruturas burocráticas e sociais da nação brasileira. A própria Constituição de 1988 é promulgada com o seguinte preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988, n.p.)

Ainda assim, como bem colocado por Ernesto Araújo (2019), não existem registros na história da política externa brasileira quanto a atuação semelhante à de Jair Bolsonaro e seu chanceler, que discursam abertamente como se estivessem falando do púlpito de uma igreja. Com efeito, Araújo é ainda mais enfático ao relacionar Deus à política externa do que o próprio presidente. Em seu blog pessoal, Araújo (2018, n.p., apud ALMEIDA, p.75) se apresenta como um verdadeiro entusiasta da luta contra o globalismo e afirma que “(...) o projeto metapolítico” contra este movimento, contrário a conexão entre Deus e o homem, “(...) significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história”. Na ocasião da formatura da Turma João Cabral de Melo Neto, do Instituto Rio Branco, Araújo (2020) ainda parafraseia Dostoiévski e afirma que “(...) um povo sem Deus não merece o nome de povo”. Como em grande parte de suas manifestações oficiais, fala também da ameaça do comunismo e do ataque à religião, insinuando que no Brasil as igrejas e imagens sagradas correm grande ameaça.

Em seu livro *A miséria da diplomacia*, Paulo Roberto de Almeida (2019, p.48), ao analisar o artigo *Trump e o Ocidente*, de Ernesto Araújo, demonstra perplexidade pelo “profundo sentimento religioso, especificamente cristão” a perpassar todo o debate proposto pelo ex-chanceler. O diplomata - que como sugere o título de seu livro -, considera a política externa de Bolsonaro a miséria da diplomacia brasileira, critica a construção de uma ação internacional baseada no que chama de “ideologia da religião cristã”.

Basear-se em conceitos abstratos, gerais e genéricos – como podem ser a religião e o nacionalismo – para fundamentar a política nacional e a política setorial das relações exteriores de um país múltiplo e diverso como o Brasil, seria abandonar a multiplicidade de ideias que podem sustentar tais políticas para aderir a uma nova ideologia, neste caso, a da religião cristã, que seria a única válida, num país que se orgulha de sua tolerância religiosa (ALMEIDA, 2019, p.53)

Na mesma esteira, Samuel Guimarães (2019) diz que “(...) a realidade não consegue se impor às visões de fundo religioso e de Cruzada que imbuem a alma e inebriam o cérebro desses personagens”. Tais personagens, afirma o autor, têm construído uma política externa sobre dicotomias: bem x mal; Ocidente x Oriente; valores cristãos x globalismo. As relações com os Estados Unidos, centradas na crença de que Trump seria o salvador do Ocidente, fundam-se nessas dicotomias em detrimento dos fatores que uma política externa realista deve levar em

consideração: sua localização geográfica, suas características, suas vulnerabilidades e seu potencial (GUIMARÃES, 2019)

O alinhamento foi tomado por pertencimento ao Ocidente, futuras coalizões em contexto de conflito de grandes proporções foram justificadas pelo ocidentalismo e os fatores estruturantes das relações internacionais, os interesses econômicos e políticos, foram substituídos pela ação de Deus. Uma mistificação rara ou mesmo inédita na história diplomática do Brasil, utilizada como elemento diversionista (VIDIGAL, 2019, p.5)

A defesa de uma pauta conservadora e cristã - a viagem para Taiwan e a intenção de mudar a embaixada brasileira para Jerusalém -, antes mesmo da concretização do pleito, já indicavam os caminhos a serem seguidos pela política externa brasileira. Faeddo (2021) afirma que Bolsonaro, além de alinhar-se “automaticamente ao governo de Donald Trump, nos EUA” também pretendia “agradar seu eleitorado neopentecostal que tem fixação pelo velho testamento”. A estimativa é de que dois terços dos votos de evangélicos tenham ido para Jair Bolsonaro no segundo turno, tornando-os o principal grupo responsável pela sua eleição (CASARÕES, 2020, p.14). Casarões (2020) analisa o papel da população cristã - em especial a evangélica - nas eleições de 2018 e, também, no próprio mandato presidencial de Bolsonaro. Para ele, Bolsonaro corporifica as expectativas deste segmento da sociedade quando, além de passar a militar pelas causas cristãs, cerca-se de lideranças evangélicas e assume “compromissos” evangélicos, como seu casamento com Michelle, celebrado por Silas Malafaia, e o batismo nas águas do Rio Jordão (CASARÕES, 2020).

Ainda que a indissociabilidade entre fé e patriotismo toque os corações de muitos outros cristãos, entre católicos e espíritas, a mensagem é particularmente forte entre comunidades e lideranças evangélicas, que veem em Bolsonaro não somente a concretização de pautas específicas, mas também do reconhecimento de sua ascensão política e social. Um dos exemplos mais eloquentes dessa deferência foi dado em julho de 2019, quando o presidente prometeu que um de seus indicados para o Supremo Tribunal Federal seria “terrivelmente evangélico”(CASARÕES, 2020, p.15)

De fato, com a chegada de Bolsonaro à presidência, a correlação de forças políticas e a própria relação básica entre sociedade, religião e Estado se alteram de forma significativa. No Senado, os evangélicos mais do que dobraram a representação (DIAP, 2018) e na esplanada dos ministérios, até 2021, eram pelo menos seis ministros declaradamente evangélicos, cujas decisões públicas são guiadas pela Bíblia (CASARÕES, 2020, p.9). Apesar de constituírem apenas um dos grupos “(...) dentro de uma constelação de forças políticas que sustenta o governo Bolsonaro” (CASARÕES, 2020, p.10) os evangélicos - pela sua expressividade e importância enquanto base eleitoral de Bolsonaro - são capazes de definir as principais pautas

da agenda política (e de política externa) ainda que estas sejam divergentes das prioridades estabelecidas por outros grupos, como as Forças Armadas e a equipe econômica.

Assim como na eleição de Trump, em 2016, o conservadorismo cristão deve ser entendido como um dos pilares da força política de Bolsonaro a partir de 2018. Ambos os presidentes – de forma genuinamente cristã ou apenas estratégica – adotaram preceitos da religião em suas campanhas e se apresentaram ao eleitorado como verdadeiros seguidores de Cristo. Jair Bolsonaro, assim como Donald Trump, soube como administrar suas ditas crenças religiosas em torno de um objetivo maior. E, da mesma forma como o ex-presidente estadunidense levou a política externa de seu país a um caminho agradável aos fiéis, no Brasil, Bolsonaro satisfaz os anseios desta base política e eleitoral designando, à política externa brasileira, o papel de mera plagiadora.

CONCLUSÃO

O alinhamento automático do governo de Jair Bolsonaro aos Estados Unidos não é motivo de espanto, nem a brasileiros nem a estadunidenses. O acumulado histórico da diplomacia brasileira confirma que as relações entre os dois países, desde o império, nunca deixaram de existir. O que se vê, entretanto, são momentos de maior ou menor alinhamento e mais ou menos capacidade de barganha. Parte fundamental da agenda de política externa brasileira, o relacionamento Brasil-EUA foi, em diversos momentos ao longo do último século, uma via para a concretização de objetivos de extrema importância ao interesse nacional. Ainda que assimétricos, os ganhos em autonomia e desenvolvimento econômico representaram, à sua época, um pouco da capacidade tática e estratégica do Itamaraty e de seus líderes, como Getúlio Vargas. Nos limites das contradições impostas pelo regime socioeconômico vigente no sistema internacional, a política externa do Brasil parece ter sido capaz, durante mais de 100 anos, de combinar necessidades domésticas e oportunidades externas de forma realista.

Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018, contudo, os princípios que sustentavam, até então, a relação entre o país e os demais Estados são radicalmente substituídos por valores emprestados de uma administração estrangeira. A aliança entre o conservadorismo e o neoliberalismo, característica da extrema direita representada por Bolsonaro e seus aliados, passa a ditar a agenda de política externa brasileira. A submissão e o entreguismo adquirem novos contornos naquilo que especialistas passam a chamar de “alinhamento acrítico” da política externa aos Estados Unidos da América. Em discursos oficiais, na televisão e na internet, Bolsonaro e o então ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, envergonham o Estado brasileiro perante o concerto das nações. Equiparando o Brasil aos Estados Unidos em alguns momentos e, em outros, validando nossa submissão à este, Bolsonaro institucionaliza, país à fora, o sentimento de uma parcela da sociedade brasileira que não se reconhece enquanto tal, mas projeta no império sua própria identidade.

Na ONU e em Davos, Bolsonaro e sua equipe (é importante reforçar que este projeto de nação não se limita à figura do presidente) contradizem o legado construído pelos seus antecessores. O país, antes regido em suas relações internacionais por princípios como a independência nacional, autodeterminação dos povos e prevalência dos direitos humanos - estabelecidos pelo Artigo 4º da Constituição Federal de 1988 - relega a si mesmo ao papel de defensor de pautas negacionistas, racistas e ultraconservadoras. A guinada no comércio internacional, na diplomacia e nas relações políticas e militares bebem de uma mesma fonte: o alinhamento incondicional e acrítico aos Estados Unidos. Essa aproximação, que nos anos de

2019 e 2020 produz deformações na condução das relações internacionais do país - a indicação do filho do presidente à uma embaixada, o mal-estar junto à China e os países árabes e os insultos à primeira-dama francesa - estão firmados sobre dois grandes componentes, entendidos aqui como os elementos responsáveis por atribuir caráter inédito à condução da política externa brasileira e das relações Brasil-EUA.

Esses elementos, identificados como a fascinação pela figura de Donald Trump e a forte influência da religião, aparecem como constantes da ação internacional do Brasil nos últimos anos, mas de forma especialmente particular nos dois primeiros anos do atual mandato. Apesar de não haver sido considerado para fins da análise proposta por este trabalho, o ano de 2021 trouxe consigo algumas pequenas, porém significativas, mudanças. Com a eleição do democrata Joe Biden, adversário de Donald Trump no pleito de 2020, as relações Brasil-EUA são abaladas, dada a antipatia do presidente brasileiro em relação ao candidato eleito. De todo modo, as duas hipóteses levantadas pretenderam oferecer uma explicação para o problema identificado: o ineditismo da política externa de Bolsonaro para os Estados Unidos e o rompimento de uma tradição de política externa brasileira.

Samuel Guimarães (2019) afirma que a política externa brasileira, calcada no princípio do multilateralismo de ação, deve perseguir os “objetivos nacionais brasileiros, isto é, da enorme maioria do povo brasileiro, não necessariamente das classes hegemônicas e das elites dirigentes que governam em seu nome (...)”. Para ele, os objetivos populares consistem no aperfeiçoamento da democracia, promoção do desenvolvimento econômico, redução das injustiças sociais e na defesa da soberania. A política externa brasileira, que outrora esteve à serviço de um projeto de nação desenvolvida e autônoma, encontra-se hoje apartada de seu passado e à mercê de um governo desprovido das qualificações mínimas necessárias para guiar seu povo e seu país rumo à verdadeira libertação nacional.

Conhecer nossa própria história nos permite entender de onde viemos e para onde desejamos ir. Apropriarmo-nos do significado por detrás dos processos e das contradições que nos trouxeram até aqui é fundamental para que se compreenda a complexidade de nossa existência e de nossa ação internacional. Em seu livro *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro (1995) diz que “Mais do que uma simples etnia, o Brasil é um povo nação, assentado num território próprio para nele viver seu destino”. Que os quatro anos da gestão Bolsonaro e as deformidades atribuídas por ela à política externa brasileira nos incentivem ao caminho da superação completa da condição em que nos encontramos desde os primórdios de nossa existência. Que o

Brasil, através de sua política externa, reafirme o anseio em viver o seu próprio destino, e que nunca mais se contente com o quintal - e sequer o jardim da frente - de outrem.

REFERÊNCIAS

ABU-AMR, Ziad. Hamas: a historical and political background. **Journal Of Palestine Studies**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 5-19, 1 jul. 1993. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2307/2538077>.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (comp.). **Celso Lafer**. 2019. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/celso-lafer/biografia>. Acesso em: 12 fev. 2022.

AFP. **Brasil sai da Unasul ... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/04/15/brasil-sai-da-unasul.htm?cmpid=copiaecola>**. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/04/15/brasil-sai-da-unasul.htm>. Acesso em: 03 dez. 2022.

AGÊNCIA EFE. **Mourão defende que política externa do Brasil seja flexível e pragmática**. 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/brasil/mour-o-defende-que-politica-externa-do-brasil-seja-flexivel-e-pragmatica/50000239-4023523>. Acesso em: 12 dez. 2021.

AGÊNCIA SENADO (org.). **Indicação de Eduardo Bolsonaro para embaixada nos EUA repercute no Senado Fonte: Agência Senado**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/17/indicacao-de-eduardo-bolsonaro-para-embaixada-nos-eua-repercute-no-senado>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ALDIOLI, Andreza da Silva. **A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do brasil durante a política da boa vizinhança**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Unesp, Unicamp e Puc-Sp, São Paulo, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da Diplomacia: a destruição da inteligência no Itamaraty**. Roraima: Editora da Ufr, 2019. 165 p.

AMORIM, Celso; FELDMAN, Luiz. A Política Externa do Governo Lula em Perspectiva Histórica. In: DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Funag, 2011. p. 275-301.

ANSA. **Governo dos EUA nega apoio ao Brasil na OCDE**. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/governo-dos-eua-nega-apoio-ao-brasil-na-ocde/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

Após endosso público, EUA negam apoio ao Brasil na OCDE e abraçam ingresso da Argentina. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/ap%C3%B3s-endosso-p%C3%ABlico-eua-negam-apoio-ao-brasil-na-ocde-e-abra%C3%A7am-ingresso-da-argentina-1.371796>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ARAÚJO, Ernesto. Fala do Embaixador Ernesto Araújo, ao apresentar o Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em palestra no “Dia do Brasil” na Câmara de Comércio dos Estados Unidos. 18 mar. 2019. **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/palavras-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-ernesto-araujo-ao-apresentar-o-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-palestra-no-dia-do-brasil-na-camara-de-comercio-dos-estados-unidos-washington-18-de-marco-de-2019>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia de Souza Borba. Fragmentação da Governança Regional: o Grupo de Lima e a política externa brasileira (2017-2019). **Mundo e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 6-39, dez. 2019. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/50. Acesso em: 03 fev. 2022.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Donald, I love you**. 2020. Disponível em: <https://www.nogueirabatista.com.br/2020/03/17/donald-i-love-you/#more-1081>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém**: bastidores da vida de um economista brasileiro no fmi e nos brics e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata. [N.I.]: Leya, 2019. 544 p.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Trump/Bolsonaro: um amor não correspondido, por Paulo Nogueira Batista Jr.** 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/trump-bolsonaro-um-amor-nao-correspondido-por-paulo-nogueira-batista-jr/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BERRINGER, Tatiana *et al.* Nacionalismo às Avessas. In: MARINGONI, Gilberto *et al* (org.). **Relações Internacionais em um Mundo em Transformação**: as bases da política externa bolsonarista. Santo André: Editora Ufabc, 2021. p. 139-152. Disponível em: https://editora.ufabc.edu.br/images/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

BITTAR, Bernardo; CALCAGNO, Luiz. **Tropeços na política externa de Bolsonaro enfraquecem Brasil**. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/26/interna_politica,1110542/tropecos-na-politica-externa-de-bolsonaro-enfraquecem-brasil.shtml. Acesso em: 22 jan. 2022.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O nacionalismo de Bolsonaro**. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/o-nacionalismo-de-bolsonaro/?doing_wp_cron=1644633741.9341349601745605468750. Acesso em: 05 set. 2021.

BOLSONARO aprova venda da Embraer à estadunidense Boeing. Brasil de Fato, São Paulo, 11 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/11/bolsonaro-aprova-venda-da-embraer-a-estadunidense-boeing>. Acesso em: 18 jun. 2020. b.

BOLSONARO atende Trump e vai ‘abrir mão’ de tratamento especial do Brasil na OMC, diz Itamaraty. **G1**, Brasília, 19 mar. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/19/bolsonaro-atende-trump-e-vai-comecar-a-abrir-mao-de-tratamento-especial-do-brasil-na-omc-diz-itamaraty.html>. Acesso em: 18 jun. 2020. b.

BRANCO, Barão do Rio. O Brasil, os EUA e o Monroísmo. In: CORRÊA, Luis Felipe de Seixas (org.). **Relações Internacionais do Brasil**: antologia comentada de artigos da revista do ihgb (1841 - 2004). Brasília: Funag, 2016. p. 145-167.

Brasil atende EUA e autoriza deportação à força de brasileiros ilegais. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-03/brasil-atende-eua-autoriza-deportacao-brasileiros-ilegais>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL, Atlas Histórico do (org.). **Barão do Rio Branco.** Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/barao-do-rio-branco>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 10.220, de 05 de fevereiro de 2020. Decreto nº 10.220. . Brasília, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31924799>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (org.). **Comunicado Conjunto do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Donald J. Trump – 19 de março de 2019.** 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/comunicado-conjunto-do-presidente-donald-j-trump-e-do-presidente-jair-bolsonaro-19-de-marco-de-2019. Acesso em: 04 dez. 2021.

BRUM, Eliane. **O chanceler quer apagar a história do Brasil.** 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/16/opinion/1547664512_125565.html. Acesso em: 29 dez. 2021.

BUENO, Clodoaldo. Relações Brasil-EUA na Primeira República: uma referência para a atual tensão mercosul-nafta. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, [s. l.], v. /, n. /, p. 3-32, mar. 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/relacoes-brasil-eua-na-primeira-republica-uma-referencia-para-a-atual-tensao-mercosul-nafta>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BUONO, Marcel. **Itamaraty apoia liberação unilateral de vistos para os EUA.** 2019. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/01/itamaraty-apoia-liberacao-unilateral-de-vistos-para-os-eua_161776.html. Acesso em: 22 jan. 2022.

CALDEIRA NETO, Odilón. Fascismo está na raiz do bolsonarismo, diz coordenador do Observatório da Extrema Direita. Entrevista concedida a Paulo Morotyn. **Brasil de Fato**, Brasília, 12 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/fascismo-esta-na-raiz-do-bolsonarismo-diz-coordenador-do-observatorio-da-extrema-direita>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Governo Federal. **Samuel Pinheiro Guimarães.** 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/208987-samuel-pinheiro-guimaraes/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

CARVALHO, Olavo de. **O que chamamos "método científico".** 4 jul. 2018. Facebook: carvalho.olavo. Disponível em:

<https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/1034313800054027/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CASARÕES, Guilherme. Religião e Poder: a Ascensão de um Projeto de “Nação Evangélica” no Brasil? **Revista Interesse Nacional**, [N.I.], v. 13, n. 49, p. 9-16, jun. 2020. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/?s=Religi%C3%A3o+e+poder%3A+a+ascens%C3%A3o+de+um+projeto+de+na%C3%A7%C3%A3o+evang%C3%A9lica+no+Brasil>. Acesso em: 24 dez. 2021.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHADE, Jamil. **Desgastado, Itamaraty suaviza instruções sobre gênero**. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/10/31/desgastado-itamaraty-suaviza-instrucoes-sobre-genero.htm>. Acesso em: 5 jan. 2022.

CHADE, Jamil. **Sob influência de governo Bolsonaro, Brasil apoia Israel em voto na ONU**. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/sob-influencia-de-governo-bolsonaro-brasil-apoia-israel-em-voto-na-onu/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

CORDEIRO, Tiago. **Filho ‘embaixador’, olavismo, chanceler: quem realmente manda na política externa**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quem-manda-politica-externa-brasil-eduardo-bolsonaro/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

COSTA, Ana Clara. **Quem é Filipe Martins, os olhos e ouvidos de Olavo de Carvalho no Planalto**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/quem-filipe-martins-os-olhos-ouvidos-de-olavo-de-carvalho-no-planalto-23556449>. Acesso em: 2 fev. 2022.

DALIO, Danilo Jose. **A Barganha Nacionalista-pragmática: a política externa do segundo governo vargas para os estados unidos (1951-1954)**. 2009. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Unicamp, Campinas, 2009.

DEMOCRACIA, Memorial da (org.). **Assinados acordos de Washington**. s/d. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/assinados-os-acordos-de-washington>. Acesso em: 26 set. 2021.

DESIDERI, Leonardo. **Política externa de Bolsonaro já tem uma marca: o pragmatismo “temperado” com ideologia**. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-politica-externa-2019/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

DIAP. **Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado**. 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 13 nov. 2021.

EDITORA CONTEXTO (comp.). **Paulo Roberto de Almeida**. Disponível em: <https://www.editoracontexto.com.br/categoria/autores/p1/paulo-roberto-de-almeida>. Acesso em: 15 jan. 2022.

EDITORA LEYA. **Paulo Nogueira Batista Jr.** Disponível em: <http://www.leya.com.br/o-brasil-nao-cabe-no-quintal-de-ninguem-edicao-ampliada-revista-e-a-atualizada/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

EDUARDO Bolsonaro: o resgate da política externa brasileira. Realização de Fundação Alexandre de Gusmão. 2020. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IrPwfdUTW4>. Acesso em: 1 jan. 2022.

EFE. **Brasil formaliza saída da Unasul após receber presidência do bloco.** 2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/brasil-formaliza-saida-da-unasul-apos-receber-presidencia-do-bloco/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FAEDDO, Cássio. **A política externa brasileira no governo Bolsonaro.** 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-politica-externa-brasileira-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FELLET, João. **Itamaraty muda posição histórica e diz apoiar liberação de vistos para americanos.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46922437>. Acesso em: 08 jan. 2022.

FERNANDES, Rodrigo (ed.). **Venezuela e a polêmica visita dos EUA no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/venezuela-e-a-polemica-visita-dos-eua-ao-brasil-entenda-em-1-minuto/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

FERRO, Maurício. **Itamaraty confirma apoio dos EUA para o Brasil na OCDE.** 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/itamaraty-confirma-apoio-dos-eua-para-o-brasil-na-ocde/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FIGUEIREDO, Danniell. **Prosul: entenda o novo bloco sul-americano.** 2019. Disponível em: https://www.politize.com.br/prosul/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQiA0p2QBhDvARIsAACSOOMWW2ABq7TykyI2_HBFx1hxwJ8P4OTt7agOWhZfYCAGxfLZTlqJOyMaAt5nEALw_wcB. Acesso em: 03 jan. 2022.

FOLHAPRESS. **Ernesto: Eduardo e Filipe Martins auxiliavam Bolsonaro na política externa.** 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/ernesto-eduardo-e-filipe-martins-auxiliavam-bolsonaro-na-politica-externa-1.2486839>. Acesso em: 6 jan. 2022.

FONSECA JUNIOR, Gelson. Rio Branco diante do Monroísmo e do Pan-Americanismo: anotações. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória.** Brasília: Funag, 2012. p. 565-602.

FRAZÃO, Felipe. **Itamaraty espera ingresso do Brasil na OCDE ainda em maio, diz porta-voz.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/05/09/itamaraty-espera-ingresso-do-brasil-na-ocde-ainda-em-maio-diz-porta-voz.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 40, p. 18-40, 1997.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. The New Far-Right in Brazil and the Construction of a Right-Wing Order. **Latin American Perspectives**, [S.L.], v. 46, n. 4, p. 245-262, 30 abr. 2019. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0094582x19846900>.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro e as Relações EUA-Brasil. **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 192-211, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061>. Acesso em: 10 ago. 2021. MARTINS, Carlos Estevam. **A Evolução da Política Externa Brasileira na década 64-74**. São Paulo: Cebrap, 1975. (b)

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. **Eduardo Bolsonaro, um aspirante a embaixador abençoado por Trump e por seu pai**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/22/internacional/1563822867_797050.html. Acesso em: 6 dez. 2021.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa Brasileira**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/artigo-or-a-politica-externa-brasileira-por-samuel-pinheiro-guimaraes/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GUNNING, Jeroen. **Hamas in Politics: Democracy, Religion, Violence**. Londres: Hurst Publishers, 2007.

INSTITUTO HUMANITAS (Rio Grande do Sul). Unisinos (comp.). **Olavo de Carvalho, o 'parteiro' da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias**. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/563424-olavo-de-carvalho-o-parteiro-da-nova-direita-que-diz-ter-dado-a-luz-flores-e-lacraias>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Itamaraty diz que governo se mantém firme no processo de aproximação da OCDE. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%3%ADcias/pol%3%ADtica/itamaraty-diz-que-governo-se-mant%3%A9m-firme-no-processo-de-aproxima%3%A7%3%A3o-da-ocde-1.371825>. Acesso em: 12 dez. 2021.

LAFER, Celso. **Política Externa Bolsonarista**. 2020. Disponível em: <https://www.academiapaulistadeletras.org.br/artigos.asp?materia=2126>. Acesso em: 12 dez. 2021.

LUIZ, Washington. **Juiz absolve assessor de Bolsonaro acusado de fazer gesto racista no Senado**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/10/juiz-absolve-assessor-de-bolsonaro-acusado-de-fazer-gesto-racista-no-senado.shtml>. Acesso em: 5 dez. 2021.

MAIA, Gustavo. **Assessor de Bolsonaro vira réu por gesto racista em sessão do Senado**. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/assessor-de-bolsonaro-vira-reu-por-gesto-racista-em-sessao-do-senado/>. Acesso em: 5 dez. 2021.

MARIN, Denise Chrispim. **Angola não teme restrições do Brasil ao ingresso de imigrantes**. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/angola-nao-teme-restricoes-do-brasil-ao-ingresso-de-imigrantes/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MARTINS, Carlos Estevam. **Brasil-Estados Unidos: dos 60 aos 70**. São Paulo: Cebrap, 1975. (a)

MAZUI, Guilherme. **Brasil assina acordo que permite aos EUA lançar satélites da base de Alcântara**. G1, Brasília, DF, 18 mar. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/brasil-assina-acordo-que-permite-aos-eua-lancar-satelites-da-base-de-alcantara.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro diz que cogita nomear o filho Eduardo embaixador do Brasil nos EUA**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/11/bolsonaro-diz-que-cogita-nomear-o-filho-eduardo-embaixador-do-brasil-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MAZUI, Guilherme; CASTILHOS, Roniara. **'Da minha parte, está definido', diz Bolsonaro sobre indicação do filho Eduardo para embaixada nos EUA**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/16/da-minha-parte-esta-definido-diz-bolsonaro-sobre-indicacao-do-filho-eduardo-para-embaixada-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MEIRELLES, Ingrid *et al.* **Política externa a serviço da eleição de Trump**. Disponível em: <https://opeb.org/2020/10/02/elementor-2741/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MÍDIA NINJA. **Em reunião sobre George Floyd na ONU, Brasil Protege Trump e defende polícia**. 18 jun. 2020. Instagram: @midianinja. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CB1b2dKJNy2/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 25 dez. 2021.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. A Importância das Relações Brasil-Estados Unidos na Política Externa Brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 69-85, jun. 2011. Trimestral. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

MORI, Letícia; IDOETA, Paula Adamo. **Itamaraty 'menor' e isolamento do Brasil: o legado de Ernesto Araújo na política externa do país**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56570803>. Acesso em: 06 jan. 2022.

MOTA, Camilla Veras. **Bolsonaro em Israel: Brasil abre mão de 25 anos de diplomacia no Oriente Médio ao se alinhar aos EUA, diz historiadora**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47751065>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil: 1939 a 1950**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

MUNHOZ, Sidnei José. **Guerra Fria História e Historiografia**. São Paulo: Editora Appris, 2020.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de *et al.* **Forças Armadas e Política Externa no Governo Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <https://opeb.org/2019/10/11/forcas-armadas-e-politica-externa-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. **1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos-chave que revelam guinada na política externa brasileira**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533>. Acesso em: 06 jan. 2022.

PAULA, Reverson Nascimento. **Fortaleza em Cotidiano: cpdoc. fundação getúlio vargas. a era vargas: dos anos 20 a 1945. dos anos 20 a 1945. disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas1/apresentacao>. acesso em: 06 set. 2021.. **Anpuh: Conhecimento histórico e diálogo social**, Natal, v. /, n. /, p. 2-12, jul. 2013.**

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: 1889 a 2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PIOVESAN, Eduardo; BRANDÃO, Francisco. **Câmara aprova acordo entre Brasil e EUA sobre uso da base de Alcântara**. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/603242-camara-aprova-acordo-entre-brasil-e-eua-sobre-uso-da-base-de-alcantara/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PIRES, Breiller. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em: 5 jan. 2022.

QUERO, Caio. **Governo Bolsonaro: Em quebra histórica de tradição diplomática, presidente visitará Muro das Lamentações com Netanyahu**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.comhttps://www.bbc.com/portuguese/brasil-47762587/portuguese/brasil-47762587>. Acesso em: 06 out. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 472.

ROSA, Pablo Ornelas; GAMA, Carlos Eduardo; FETZ, Marcelo. **A guerra contra a ciência: pós-verdade e desinformação**. 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-contra-a-ci%C3%Aancia-p%C3%B3s-verdade-e-desinforma%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ROSEVICS, Larissa. **General Mourão e sua Diplomacia vice-presidencial. Diálogos Internacionais**. vol.6, n.58, mar.2019. Acessado em [18/03/2019]. Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2019/02/general-mourao-e-sua-diplomacia-vice.html>

SALATI, Paula. **EUA retiram Brasil da lista de países em desenvolvimento; medida pode restringir benefícios comerciais**. G1, Rio de Janeiro, 10 fev. 2020. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/10/eua-tiram-brasil-da-lista-de-paises->

em-desenvolvimento-pais-pode-perder-tratamento-preferencial-em-negociacoes.ghtml. Acesso em: 18 jun. 2020.

SILVA, André Luiz Reis. Os condicionamentos internos e externos na formulação da política externa do Governo Castelo Branco. In: SILVA, André Luiz Reis. **A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 29-48.

SILVEIRA, Helder Gordim da. Rio Branco e as Relações Interamericanas: ruptura e tradição em uma ideologia americanista. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: Funag, 2012. p. 475-501.

TOMEI, Stefano Andrade. Metapolítica. **Íandé: Ciências e Humanidades**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 102-118, 5 abr. 2021. Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC. <http://dx.doi.org/10.36942/iande.v5i1.207>. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/207>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TSE. **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. 2018**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf Acesso em: 11 de dez. 2021.

VARGAS, Getúlio. No Limiar de uma Nova Era. 11 jun. 1940. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view>. Acesso em: 15 jan. 2022.

VARGAS, Mojana. A Construção do Pan-americanismo nas páginas de América. **Revista Crítica História**, Alagoas, v. 9, n. 5, p. 46-81, jul. 2014. Disponível em: [http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/197/A%20CONSTRU%20C3%87%20C3%83O%20DO%20PAN-AMERICANISMO%20NAS%20P%20C3%81GINAS%20DE%20AM%20C3%89RICAS%20\(1949-1969\)%20.pdf](http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/197/A%20CONSTRU%20C3%87%20C3%83O%20DO%20PAN-AMERICANISMO%20NAS%20P%20C3%81GINAS%20DE%20AM%20C3%89RICAS%20(1949-1969)%20.pdf). Acesso em: 09 fev. 2022.

VERDÉLIO, A. Brasil formaliza saída da Unasul para Integral Prosul. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/%20noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>. Acesso em 12 dez. 2021.

VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 20, 2019. DOI: 10.20889/M47e20011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 11 jan. 2022.

VILALVA, Mário. O Barão do Rio Branco: seu tempo, sua obra e seu legado. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 117-124, s/m. 1995.

VILAR, Isabela. **Senado aprova acordo que permite uso da base de Alcântara pelos Estados Unidos**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/12/senado-aprova-acordo-que-permite-uso-da-base-de-alcantara-pelos-estados-unidos>. Acesso em: 18 dez. 2021.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes Prefácio. In: CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 7-9.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999b (b)